

CETRA

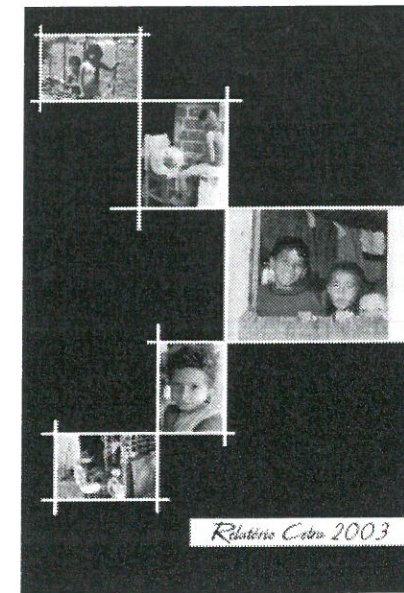


desenvolvimento, sustentabilidade e solidariedade

Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador
Rua Tibúrcio Cavalcante, 2953 - CEP 60125-101 - Dionísio Torres
Fone/Fax (85) 247.1660 / 247.1659 - Fortaleza - Ceará - Brasil
cetra1981@cetra.org.br
www.cetra.org.br



Cetra - Relatório de Atividades 2003



Cetra - Relatório de Atividades 2003

Junho - 2004

Sumário

1. INTRODUÇÃO

2. O CONTEXTO DA ATUAÇÃO DO CETRA: novos caminhos percorridos

3. EIXOS TEMÁTICOS

3.1. Terra, Água e Agroecologia

3.1.1. Desafios Relativos ao Eixo

3.1.2. Projetos e Ações

- a. *Caminhos da Sustentabilidade para a Agricultura Familiar*
- b. *Projeto Dom Hélder Câmara(PDHC): investindo no humano e transformando o semi-árido*
- c. *Programa de Mobilização e Formação para a convivência com o semi-árido - Um Milhão de Cisternas (P1MC)*
- d. *Acesso à Terra e Desenvolvimento Territorial Participativo*
- e. *Outras Atividades*

3.1.3. Perspectivas e Estratégias

3.2. Sócio-Economia Solidária

3.2.1. Desafios Relativos ao Eixo

3.2.2. Projetos E Ações

- a. *Mercado Da Gente – diversificando as economias rurais no semi-árido cearense*
- b. *Outras Atividades*

3.2.3. Perspectivas e Estratégias

3.3. Gênero e Cidadania

3.3.1. Desafios Relativos Ao Eixo

3.3.2. Projetos e Ações

- a. *Mulheres do Mar – tomando a vida nas mãos*
- b. *Jovens e Adolescentes Rompendo Mitos e Tabus na Prevenção das DST/AIDS, Câncer do colo uterino e de próstata na família rural*
- c. *Outras Atividades - Assessoria à Organização das Mulheres Trabalhadoras Rurais*

3.3.3. Perspectivas e Estratégias

3.4. Ação e Educação Ambiental

3.4.1. Desafios Relativos ao Eixo

3.4.2. Projetos e Ações

- a. *Saber Cuidar*
- b. *Outras Atividades*

3.4.3. Perspectivas e Estratégias

3.5. Comunicação Social

3.5.1. Desafios Relativos ao Eixo

3.5.2. Projetos e Ações

- a. *Multiplicando Informações e Construindo Cidadania*

3.5.3. Perspectivas e Estratégias

3.6. Desenvolvimento Institucional

3.6.1. Desafios Relativos ao Eixo

3.6.2. Projetos e Ações

- a. *Fortalecimento Institucional – buscando novos caminhos*
- b. *Articulação e acompanhamento de parcerias*
- c. *Outras atividades*
- d. *Eventos e visitas*
- e. *Visitas... Abrindo trilhas, percorrendo caminhos, construindo relações e um novo mundo*

3.6.3. Perspectivas e Estratégias

4. COLABORADORES

APRESENTAÇÃO

A parceria do CETRA com as organizações da cooperação internacional data de sua constituição formal, no início dos anos oitenta, respaldando-se nas ações e experiências de seus fundadores ao longo da década de setenta. Trata-se de uma relação histórica, importante e duradoura. Essas parcerias têm favorecido e ainda favorecem nossa permanência nas comunidades rurais do Ceará realizando atividades que visam provocar mudanças na realidade sócio-política e cultural das mesmas.

Esta relação se estabeleceu com base na confiança, na solidariedade, no respeito e desejo mútuo de construir uma sociedade justa e igualitária a partir da organização de grupos de base vítimas da discriminação e exclusão social.

As parcerias estabelecidas com instituições públicas no Brasil são mais recentes e têm mostrado que é possível trabalhar em conjunto, somando forças e complementando ações, sem temer a perda de identidade, de filosofia de trabalho e, sobretudo, sem comprometer a missão institucional ou substituir o papel do Estado, e, finalmente, sem atuar como mero prestador de serviços. As parcerias, quando pautadas em relações claras, podem constituir caminhos para a sustentabilidade institucional das entidades da sociedade civil sem fins lucrativos. Os serviços prestados pelo CETRA à população à qual destina sua atenção, são gratuitos; os aportes das comunidades são diversos e variam de acordo com suas capacidades e possibilidades.

Anualmente, fazemos um balanço de nossa ação. Este documento constitui importante síntese das atividades realizadas pelo CETRA ao longo de 2003. Pretendemos, deste modo, não apenas prestar contas à sociedade, às comunidades e aos nossos parceiros do trabalho realizado no período, mas igualmente verificar avanços ocorridos neste processo e eventuais recuos; as dificuldades e limites, os resultados alcançados e os desafios a serem assumidos coletivamente, destacando alternativas pertinentes de ação.

Prestar contas à sociedade do trabalho realizado faz parte da ética profissional e institucional que assumimos e da perspectiva de construção de novas formas de relação e de atuação visando o exercício da cidadania ativa. É nossa responsabilidade deixar claro nosso papel e tornar transparentes nossas ações institucionais e a gestão dos projetos desenvolvidos.

Margarida Maria de Souza Pinheiro

Coordenadora Geral

O FUTURO DO PRESENTE

*"O que se corta num segundo
leva tempo pra vingar"
Vital Farias*

Flávio Paiva (*)

Desde a retomada do processo democrático, no final dos anos 70, o povo brasileiro levou mais de duas décadas para construir uma liderança saída das camadas populares. Foram necessárias quatro pacientes eleições para a chegada à Presidência da República de um trabalhador eleito fora dos arranjos de uma elite que há mais de cinco séculos se beneficia com a dependência colonial brasileira. O preço para a organização de um novo Contrato Social é muito alto em um país forjado no improviso e marcado por uma realidade dicotômica entre a exuberância e a insuficiência. Principalmente quando o caminho escolhido parece fundamentado no diálogo político para a sedimentação de soluções de longo prazo e não no confronto aventureiro fermentado nas necessidades imediatas.

Por conta da explicitação desse desafio, o ano de 2003 ficará para a História como o ano em que a política latino-americana abriu uma expectativa regional de mudanças. Eleito, o presidente Luís Inácio Lula da Silva, declarou em alto e bom tom que o Brasil não aceitaria mais o tratamento de coitadinho fomentado pelos países que levam vantagem com esse perverso sentido de carência. Pelo contrário, foi à sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, e mais do que um discurso em favor da criação de um fundo mundial para a superação da fome e da miséria, fez, em nome dos brasileiros, uma doação em dólares para dar concretude ao seu propósito.

Esse gesto, como tantos outros produzidos pela inteligência simbólica de Lula, desencadeou a possibilidade de um aprendizado coletivo no sentido de reunir o que estrategicamente foi separado ao longo dos séculos pela geopolítica internacional. A atitude de agir em função do outro é nova na política oficial brasileira. Uma perspectiva que só pôde ser alcançada graças ao trabalho consistente e perseverante das organizações da sociedade civil. Mas uma situação é chegar ao grau de compreensão desses valores e outra é colocá-los em prática.

Ao assumir a Presidência do Brasil, Lula passou a contar apenas com a própria popularidade, com três dos 27 governantes de estados da Federação e teoricamente com uma centena dentre os mais de quinhentos parlamentares do Congresso Nacional. A partir dessa plataforma extremamente vulnerável e com restrições na capacidade de investimento do Estado, passou a enfrentar a reação dos países viciados na primazia resultante da colonização passiva brasileira. Em concomitância a esses problemas colossais, passou a sofrer os desgastes naturais da elevada expectativa da população e da incompreensão de parte de uma militância aguerrida, mas via de regra, despreparada para entender o que é governar nessas circunstâncias.

O Brasil é um país profundamente subordinado ao jogo das piranhas do sistema financeiro internacional, liderado pelos Estados Unidos, e fragilmente dependente do mercado de consumo norte-americano. Sem contar com o bombardeio cotidiano do terrorismo consumista que já ocupou inclusive o equipamento educacional, induzindo as pessoas a ocultarem os seus verdadeiros desejos éticos e estéticos para exaltarem a cumplicidade com o simulacro. No que se refere ao patrimônio ambiental do País, formado pela floresta Amazônia, pantanal, cerrado, pampas, caatinga, mata atlântica e quase dez mil quilômetros de diversificado litoral, falta entendimento coletivo do que fazer com essa riqueza natural e, além dos desmatamentos, tem sido grave o saque do princípio ativo da flora brasileira.

Diante das muitas frentes de combate para as poucas tropas existentes, o governo do Brasil optou por uma estratégia de transformação no longo prazo. Para isso passou a desenvolver táticas impopulares, tais como a Reforma da Previdência (que provocou forte reação dos servidores públicos por conta da taxaço dos aposentados a partir de um determinado teto salarial) e o controle dos juros em patamares acima do desejado para o crescimento da economia, como

forma de domar a inflação (dentro do entendimento de que o processo inflacionário é concentrador de riqueza). Recebeu conseqüentemente ataques externos e internos. Tentou inverter o predomínio da agenda econômica para o campo social, lançando o programa Fome Zero (com impacto direto nas carências das classes desfavorecidas), mas avançou pouco nesse sentido.

Com seis meses de governo e ao defender a necessidade de uma Reforma da Previdência possível, Lula foi vaiado por parte da platéia no congresso da Central Única dos Trabalhadores, CUT. Disse na ocasião que para ele vaias são tão emblemáticas quanto aplausos. Recordou que teve gente que o vaiou quando ele e outros companheiros criaram o Partido dos Trabalhadores PT e a própria CUT e, em tom de desabafo revelou que em vez de faixas com palavras de ordem contra, aquelas pessoas deveriam estar expondo o que queriam. Foi aclamado. Este episódio ilustra bem a dificuldade resultante da simbiose entre a cultura de oposição e a oportunidade de governar.

Como não era racional romper com o sistema financeiro na plenitude de seu domínio sobre o País, o governo brasileiro resolveu hibernar na dependência dos ditames do FMI (Fundo Monetário Internacional) e partir para uma estratégia de se libertar das amarras do mercado de consumo estadunidense. Uma tática que tinha sido iniciada com menos ênfase no governo anterior. Através da intensificação da busca de novas relações internacionais, o Brasil passou a procurar diluir as suas vinculações comerciais e políticas, ampliando o superávit da balança comercial e agregando novos parceiros no mundo dos negócios.

Com a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social CDES, o governo procurou dar legitimidade às disputas de interesses para fazer emergir os grandes pontos em torno dos quais se definiriam as regras capazes de resultar em crescimento econômico sustentado, com inclusão social, trabalho e distribuição de renda. Teve dificuldades para estimular o esboço do desenho do que seria um novo Contrato Social para o Brasil. A consciência de que esses acordos não são fáceis nem simples é ainda muito incipiente na democracia brasileira. Parece que não, mas é muito complicado materializar a compreensão de que os problemas do País não são possíveis de serem resolvidos em um mandato presidencial. É preciso tempo e paciência para construir um projeto nacional adequado ao que os brasileiros desejam e que seja capaz de inserir o País na teia do mundo com autonomia e com garantia dos direitos sociais.

Em contrapeso ao modelo de participação forjado na globalização do consumo, o governo lançou o recurso do PPP (parceria público-privada) com o objetivo de restringir os riscos dos investimentos de longo prazo. Diante da impossibilidade real de ter alguns dos ministérios estratégicos sob o seu comando, a Presidência da República criou várias secretarias especiais (com status de ministério) como forma de construir capilaridade para o desenvolvimento de concepções alternativas de organização social, política e econômica. Se para garantir a governabilidade não é possível ter, por exemplo o Ministério da Agricultura, o presidente Lula criou uma Secretaria Especial da Sócio-Economia Solidária para estimular a prática do mercado justo. A direita nota o estratagema e reage com duras críticas ao número de ministérios e ao que chama de aparelhamento do governo e politização dos setores do Estado.

O Brasil viveu em 2003 momentos de conflitos próprios de uma nova afirmação perante o mundo. Sofreu com o forte poder de desestabilização provocado pelas pressões políticas externas; com a exposição constante das fragilidades do governo federal, resultante da demonstração de força entre aliados e coligados; com os efeitos da ideologia da segurança disseminada por algumas quadrilhas de colarinho branco que tinham o poder de controlar o dinheiro público para fins privados; e com a expectativa emergencial da maioria de uma população marcada pela desigualdade e que intuitivamente esperava melhorias de curto prazo e não encontrou respostas no desempenho do governo na área social.

Na relação do governo de esquerda com a militância que o elegeu aconteceram basicamente três tipos de conflitos: o sentencioso ("Não trabalhei tanto na construção de um partido anticapitalista para ser traído"), o oportunista ("Eu também ajudei a conquistar o poder e quero a minha parte") e o conflito da arrogância da razão ("Nós temos a verdade do palácio e vocês que não estão aqui dentro não sabem o que dizem"). Some-se a isso a ausência de visão de proces-

so (que tende ao triunfalismo intelectual e popular), a ausência de compreensão da dinâmica política do poder (que leva ao confronto entre pares) e, com exceção de alguns esforços isolados como os desprendidos pela filósofa Marilena Chauí, a ausência de discussão sobre cultura (que gera vitoriosos atos, sem sentido de destino e dispostos a pôr em prática uma certa constituição consuetudinária do PT, tradicionalizada no discurso de oposição).

Diferente da cognominação de década perdida, que os economistas deram aos anos 80 e 90, esses períodos, vistos pela ótica democrática, formam duas décadas de grandes vitórias da cidadania. O ano de 2003 não foi um ano diferente neste aspecto. A economia não melhorou e o fantasma do desemprego continuou assustando as pessoas, mas a participação ganhou vulto nos mais indistintos ambientes sociais. O saldo positivo dessa equação estaria, portanto, no fato da democracia (quase) representativa ter passado a ganhar ares de democracia participativa. Dos problemas rurais (com a intensificação do debate sobre a necessidade de justiça agrária) à questão da dignidade do cidadão na mídia (com a pressão de grupos organizados da população a empresas que financiam a baixaria nos meios de comunicação) houve muitos avanços nos campos de batalha do mercado racional, do estado democrático de direito e da mobilização social.

Os conservadores investem na desconstrução da imagem do Presidente e, com esse propósito, chegam a arriscar apostas até mesmo em mecanismos de promoção da volta da inflação. Embora façam isso com o receio de que o governo, ao se sentir acuado, descambe para o populismo. Por outro lado, as pesquisas de opinião revelam que a maioria da população segue acreditando no líder que elegeu, possivelmente com base na sensação de que, apesar de ocupar o mais importante cargo da República, ele trafega com pouco espaço de manobra para dar consecução ao que acredita. O contrato de Lula para com os brasileiros não é de papel. É moral. Esse compromisso de fio de bigode tem sido o seu grande escudo no enfrentamento dos insaciáveis agentes da exclusão qualificada. Sonhar ainda é o verbo íntimo do Brasil mestiço. Sonharemos, o seu tempo de conjugação para quem entende que mais vale uma esperança convalescente do que o mais higiênico dos medos.

(*) Flávio Paiva é jornalista, membro do Conselho Consultivo do CETRA e autor, dentre outros, do livro "Como Braços de Equilibristas" (Edições UFC).

1. INTRODUÇÃO

O CETRA desenvolve suas atividades em municípios do interior, em comunidades rurais do Ceará. Na perspectiva da sustentabilidade das ações planejadas, a consolidação de novas parcerias foi determinante para a realização da missão institucional durante este ano. Abriam novas possibilidades através de propostas que se somaram às já existentes e permitiram a realização de ações consistentes voltadas para o mundo rural, compreendendo duas regiões específicas:

a) Região Prioritária de Ação

Compreende atualmente 8 municípios da Região de Influência do Município de Itapipoca (RIMI). Nestes municípios prioritários são desenvolvidos os seguintes projetos elaborados, negociados e implementados pelo CETRA:

I - Caminhos da Sustentabilidade para a Agricultura Familiar;

II - Mulheres do Mar;

III - Mercado da Gente e

IV - Adolescentes Rurais – Rompendo Mitos e Tabus na Prevenção às DST/AIDS, Câncer do Colo Uterino e de Próstata na Família Rural.

Município	População (hab.) *		Área ** Km ²
	Urbana	Rural	
1. Amontada	11.802	20.531	1.581,9
2. Itapajé	27.459	13.634	399,0
3. Itapipoca	48.481	45.888	1.191,6
4. Irauçuba	10.873	8.687	1.384,9
5. Miraíma	4.772	6.645	766,1
6. Tururu	5.278	6.220	203,2
7. Trairi	14.413	30.114	943,2
8. Uruburetama	11.170	5.274	125,4
TOTAL	134.248	136.993	6.605,3

* FONTE: IBGE, Censo 2000.

** FONTE: Jornal O Povo, Anuário 2004.

Até 2002, o CETRA vinha acompanhando prioritariamente quatro áreas de assentamento de reforma agrária em três municípios da RIMI: Amontada, Itapipoca e Trairi. Em 2003, sua área geográfica de atuação expandiu-se para 8 municípios com a integração de Miraíma, Irauçuba, Itapajé, Uruburetama e Tururu. A partir de então, além da área de atuação, ampliou-se também o público-alvo, beneficiando pequenos/as produtores/as rurais com pouca terra, sem terra e famílias de baixa renda. A meta até 2010 é expandir esta para 10 municípios.

b) Região de Atuação Concertada

Formada pelos 17 municípios do entorno de Itapipoca, que fazem parte do território diocesano, do pólo sindical da Federação de Trabalhadores/as na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE) e mais recentemente, do território definido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial/SDT do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA. Este último inclui também o município de São Gonçalo do Amarante (Região Metropolitana de Fortaleza). Além destes, 04 municípios da região do Sertão Central compõem o território de ação do CETRA, totalizando 22 municípios (cf. Tabela abaixo).

Nesta região, o CETRA atua em parceria com organizações locais e com apoio do poder público na execução das seguintes ações:

V - Programa de Mobilização e Formação para a convivência com o Semi Árido: Um Milhão de Cisternas (P1MC);

VI - Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC);

VII - Acesso à Terra e Desenvolvimento Territorial Participativo - Projeto MILAGRE (DFID).

Essas ações estão voltadas para famílias rurais que vivem em condições de grande precariedade. Encontram-se diante de necessidades fundamentais como acesso à alimentos (em quantidade e qualidade), à água potável e aos serviços de saúde e educação que lhes possam assegurar uma vida digna, auto-estima e a garantia dos direitos humanos. Condições imprescindíveis ao exercício da cidadania.

Superar a pobreza, a exclusão social, a escassez de terra, de água, as desigualdades sociais e econômicas, aproveitando as potencialidades locais e do capital humano disponível, constituem desafios para nossa equipe e, em especial, para aquelas pessoas que experimentam intempéries de natureza social, econômica, política ou climática. É no campo que se concentra o maior volume de pobreza, de insegurança, onde a ausência de políticas setoriais (educação, saúde, assistência social, crédito, infra-estrutura, preços, entre outras) é mais gritante. É no campo que a necessidade de ações que facilitem um melhor desempenho da população quanto à produção agroecológica e que permitam melhorias concretas na qualidade de vida se faz urgente.

Município	População (hab.) *		Área Km ² **
	Urbana	Rural	
01. Amontada	11.802	20.531	1.581,9
02. Apuiarés	5.453	7.087	563,0
03. Banabuiú	7.622	8.551	1.225,5
04. Choró	2.849	9.152	792,7
05. General Sampaio	2.316	2.550	184,0
06. Irauçuba	10.873	8.687	1.384,9
07. Itapajé	27.459	13.634	399,0
08. Itapipoca	48.481	45.888	1.191,6
09. Itarema	9.901	20.446	735,0
10. Miraíma	4.772	6.645	766,1
11. Paracuru	16.673	10.868	295,0
12. Paraipaba	12.680	12.782	313,0
13. Pentecoste	19.212	13.388	1.346,0
14. Quixadá	46.888	22.766	2.059,7
15. Quixeramobim	30.600	28.635	3.275,0
16. São Gonçalo do Amarante	22.077	13.531	842,0
17. São Luís do Curú'	7.384	4.113	125,0
18. Tejuçuoca	4.157	9.362	801,0
19. Trairi	14.413	30.114	943,2
20. Tururu	5.278	6.220	203,2
21. Umirim	10.060	7.283	320,0
22. Uruburetama	11.170	5.274	125,4

Pensando assim, o CETRA busca realizar ações de formação, capacitação e pesquisa sobre os processos de reforma agrária, diagnósticos sobre a agricultura familiar, entre outros. No âmbito dos projetos realizados abordamos temas atuais e indispensáveis ao desenvolvimento humano e ao desenvolvimento territorial/rural sustentável: questões de gênero, saúde reprodutiva, meio ambiente, segurança alimentar, agroecologia, água, terra, crédito, entre outros. Compreendemos a elaboração e execução de projetos sociais como pretexto pedagógico de construção de uma nova consciência individual e coletiva, de novas mentalidades que respeitem as tradições, os saberes e as culturas locais sem se fechar para as inovações oriundas de experimentações atuais, nem para as construções de parcerias que possam contribuir e complementar este trabalho pedagógico e político.

Na vida, cada pessoa, cada instituição tem seu caminho a percorrer. Nem por isso seguem sozinhas. Dar as mãos, juntar idéias, reunir propostas, tem se revelado opção pertinente para o cumprimento das missões pessoais e institucionais.



Família da Comunidade de Varjota

2. O CONTEXTO DA ATUAÇÃO DO CETRA: novos caminhos percorridos

O CETRA atua no Estado do Ceará em áreas de assentamento e comunidades rurais, tendo construído diversas parcerias com entidades congêneres locais e de outros Estados para fortalecer seu trabalho, dar maior consistência às suas ações e propor projetos inovadores apropriados para os territórios aos quais se destinam.

Estas e outras áreas de assentamento confrontam-se com problemas históricos advindos da política de reforma agrária do Estado brasileiro. Com efeito, os processos de desapropriação para implantação de assentamentos têm deixado inúmeras pendências. Frequentemente, tais pendências têm sido responsáveis por conflitos que persistem por muitos anos. Problemas jurídicos permanecem sem as devidas soluções. Finalmente, as famílias assentadas e agregadas (ou cadastradas) não conseguem obter níveis de produção que lhes permitam mudar sua qualidade de vida na terra reformada. Além do mais, milhares de famílias continuam com pouca terra, sem terra ou trabalhando em condições de semi-escravidão.

O Ceará (veja mapa na última pág.) figura entre os Estados mais pobres do Brasil, estando dividido politicamente em 184 municípios, em sua grande maioria caracterizados pelo clima semi-árido (chuvas irregulares, secas prolongadas)¹. Na maioria destes municípios a população rural apresenta baixa qualidade de vida, vivendo em bolsões de pobreza, onde os investimentos para reduzir os índices de exclusão social são poucos, pontuais ou inexistentes.

Mais recentemente, a convivência com o semi-árido vem sendo vista e analisada a partir de uma visão otimista quanto à solução de problemas, especialmente aqueles agravados pela escassez de água para consumo humano. Quando a escassez é maior, o drama das famílias que vivem nas regiões mais secas é crucial. Em nosso Estado (clima semi-árido), toda água vem das chuvas. Quando estas ocorrem em quantidades significativas, abastecem açudes, rios,

¹ Segundo informações do Anuário do Ceará, publicado pela Fundação Demócrito Rocha, baseadas no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD (ONU) de 2000, 57% da população cearense encontra-se em situação de pobreza (renda per capita mensal inferior a R\$ 75,50) e 32,73% em situação de indigência (renda per capita mensal inferior a R\$ 37,75). Estes índices demonstram ao mesmo tempo a gravidade da pobreza no Estado e o nível das desigualdades sociais, uma vez que o Estado do Ceará encontra-se em 12º lugar no ranking nacional, representando 1,89% do PIB brasileiro. Ao mesmo tempo, é um dos Estados com maior concentração de renda.

córregos e lagoas. O Jaguaribe, maior rio do Ceará, é alimentado por águas de chuvas acumuladas nos açudes localizados em seus arredores, tendo se tornado perene graças a esta rede de açudes, dentre os quais destaca-se o Orós (capacidade de 21.000.000 m³). Durante muitos anos foi conhecido como o maior rio seco do mundo por sua extensão e temporalidade. O jornalista Demócrito Rocha, em um de seus poemas alertava para o desperdício de água que descia por aquele rio. - "O rio Jaguaribe é uma artéria aberta, por onde escorre e se perde o sangue do Ceará...". Era um apelo às autoridades para que estancassem a "água", represando o rio por onde escorria temporariamente as águas das chuvas na direção do mar, conservando-as para fazer face às agruras ocasionadas pelo prolongado verão. Depois de 40 anos, em 1961 foi concluída a obra de construção do Açude Orós, localizado na região do Jaguaribe, iniciada em 1921. Certamente, durante esses 40 anos, muitos recursos escorreram e se perderam em duvidosos percursos, enquanto o sangue do Ceará se perdia rumo ao oceano atlântico.

Grandes obras, como a construção de reservatórios, são importantes para acumular água da chuva, abastecer as cidades, irrigar lavouras. Entretanto, estas obras não têm resolvido ou amenizado o problema da população mais pobre que necessita de água essencialmente para consumo humano e animal e para pequenas lavouras.

É neste contexto de grandes desafios que o CETRA vem atuando.

Em 2003, o CETRA realizou ações em 22 municípios cearenses, o que representa cerca de 12% do total do estado, tentando contribuir para alterar as situações de pobreza e miséria através da articulação dos diferentes projetos com organizações sociais e o poder público nos municípios.

A intervenção na RIMI foi iniciada em 1982, através de trabalho de acompanhamento jurídico e social a trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta pela terra, em parceria com a Diocese de Itapipoca. Depois da luta pela terra, o CETRA passou a assessorar as famílias nas áreas reformadas visando a melhoria da produção na terra conquistada, contribuindo para que todos alcancem melhores níveis de vida através do fortalecimento da organização, da formação de lideranças e da capacitação para o desenvolvimento da agricultura familiar. A mobilização constitui estratégia para sensibilizar pessoas e grupos rumo à capacitação e caminho para a elevação da auto-estima e para a superação das dificuldades que enfrentam as famílias rurais de baixa renda.

Nas diversas comunidades onde o CETRA atua, a pobreza das famílias é marcante. As condições de vida caracterizam-se por grandes diferenças. Segundo a situação fundiária em que se encontram, as diferenças se acentuam: aquelas que obtiveram a terra pelo processo de desapropriação para fins de reforma agrária; aquelas que possuem o mínimo como espaço de moradia, as que produzem em terras alugadas e ainda aquelas que dispõem de um espaço mínimo para produção de subsistência. A pobreza é mais grave nos casos de famílias que dispõem de espaços mínimos ou que alugam terras, que não têm acesso a créditos, cujos membros são analfabetos ou semi-analfabetos, com pouco ou nenhum acesso à informação e com auto-estima baixa. Estas condições de precariedade e diferenças não têm sido resolvidas pelas políticas públicas destinadas aos territórios rurais.

Grande parte de pequenos/as produtores rurais enfrenta ainda as adversidades do clima, do solo e do modo como as culturas agrícolas se perpetuam ao longo dos anos. Todavia, lenta e gradualmente, esse perfil vem sendo alterado com o envolvimento das famílias, que vêm agindo de forma pró-ativa, reagindo e assumindo atitudes que transformem suas condições de vidas.

Na maioria das comunidades existem associações, alguma forma de participação sindical e em partido político, fator positivo, resultante de anos de ação institucional nas mesmas.

Nestas comunidades as atividades de "lazer" mais freqüentes são de natureza religiosa envolvendo especialmente as mulheres, ou esportiva - o futebol, que mobiliza predominantemente o público masculino. Existem ainda as festas tradicionais, os forrós, com participação especial da juventude. Embora o associativismo envolva um número reduzido de pessoas e as infra-estruturas e equipamentos sociais sejam limitados, estamos otimistas quanto às possibili-

dades de melhorias.

O atual Plano Nacional de Reforma Agrária/PNRA do governo brasileiro anunciou mudanças, dentre as quais destacam-se:

- Novo modelo de assentamento, que inclui: concentração espacial; viabilidade econômica; integração produtiva; adequação das culturas aos diferentes biomas; acesso a direitos (educação, saúde, seguridade social; desenvolvimento territorial; participação local);

- Articulação dos governos federal, estaduais e municipais;
- Recuperação de assentamentos: infra-estrutura (eletrificação, estradas, água...);
- Políticas de fomento produtivo e comercialização;
- Crédito fundiário através de Projetos de combate à pobreza;
- Acesso à terra e consolidação da agricultura familiar.

Nossa esperança é que as medidas anunciadas neste plano pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário sejam concretizadas com determinação política para que o perfil dos assentamentos rurais e da agricultura familiar alcance melhores níveis.

Intervimos com decisão política no sentido de contribuir na promoção de novas relações sociais de gênero e geração, no desenvolvimento de relações de solidariedade e de organização sociopolítica, de modos de produção e comercialização visando a segurança alimentar e a qualidade de vida. A ação do CETRA tem por base os eixos temáticos e institucionais apresentados a seguir.

3. EIXOS TEMÁTICOS

Seguindo as orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (CETRA: 2002), o CETRA estruturou suas ações e projetos em torno de quatro eixos temáticos principais e dois eixos de reforço institucional:

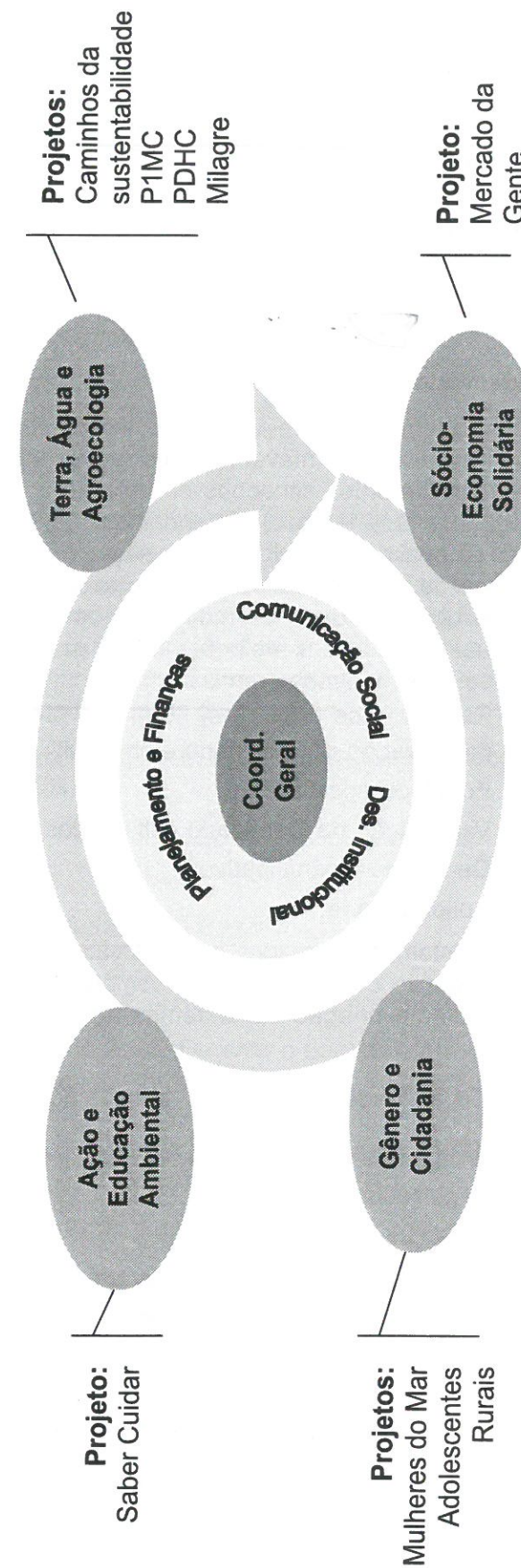


Açude na Comunidade do Saco Verde em Irauçuba



Vista da Vila de Saco Verde em Irauçuba

FLUXOGRAMA DE EIXOS E PROJETOS



3.1. Terra, Água e Agroecologia TAA

As principais atividades desenvolvidas pelo CETRA concentram-se neste eixo temático. A trilogia TERRA – AGUA – AGROECOLOGIA revela o caráter que buscamos dar às nossas atividades: o acesso à terra e a segurança fundiária constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento rural sustentável; dispor de terra e não ter água em qualidade e quantidade para a prática de atividades agropecuárias e para as necessidades da vida cotidiana, torna inviável qualquer ação que vise mudar o perfil da agricultura familiar e as condições de vida da população rural; a agroecologia designa e define a concepção, as modalidades de desenvolvimento e os tipos de práticas agropecuárias que promovemos visando o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS). Entendemos que as práticas agroecológicas possibilitam concretamente conservar e cuidar da terra e da água, assim como de toda fauna e flora. A construção de relações de igualdade entre homens e mulheres e entre gerações, são essenciais a qualquer processo de desenvolvimento e da promoção dos direitos humanos universais.

3.1.1. Desafios relativos ao eixo

Este eixo temático baseia-se numa *visão estratégica* e objetiva concretizar formas de Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) através da realização de ações junto a agricultores/as familiares com diferentes situações em relação à posse da terra (assentados, agregados, sem terra, pequenos proprietários). Entendemos aqui DRS como modo de desenvolvimento que visa a melhoria da qualidade de vida da população rural de forma sustentável, ou seja, ampliando as possibilidades de geração de renda e de acesso aos alimentos para as gerações atuais, utilizando os recursos naturais de modo que os mesmos estejam disponíveis nas mesmas condições e qualidade ou em melhores níveis para as futuras gerações. Estas orientações fundamentam-se nas seguintes premissas;

- Respeito aos princípios, normas e procedimentos de conservação, proteção e preservação da qualidade ambiental;
- Equidade social;
- Valorização da identidade cultural dos povos;
- Democracia participativa;
- Solidariedade.

Adotar sistemas integrados de produção agroecológica constitui condição básica para o DRS e preocupação central deste eixo temático. Neste sentido, os projetos implementados buscam possibilitar a criação de sistemas agrossilvopastoris que respeitem as seguintes características:

- Diversidade e integração de suas unidades produtivas;
- Uso de recursos naturais renováveis de modo ecologicamente eficiente;
- Viabilidade econômica;
- **Justiça e solidariedade.**

Em conformidade com decisões estratégicas de nossa entidade temos buscado atuar de forma integrada disponibilizando técnicos de outras áreas temáticas para ações específicas de sua competência profissional no âmbito dos diversos projetos.

De modo geral, a produção agrícola tradicional tem buscado o lucro imediato. A produção em regime de monocultura de exportação tem caracterizado a agricultura brasileira, incentivado o agro-negócio, altamente lucrativo, que não tem revelado preocupação com os custos sociais e impactos ambientais dele advindos. Ademais, práticas degradantes - desmatamento, cultivo excessivo, rebanhos numerosos, além do desrespeito às declividades quando do cultivo de vastas extensões de terra, representam enorme pressão sobre a terra comprometendo a fertilidade dos solos. Estas práticas estão também associadas a determinados fatores que cau-

sam danos à vida na terra: a) uso freqüente e continuado de defensivos agrícolas/agrotóxicos; b) acúmulo de lixo em destinos inadequados e sem tratamento; c) poluição das águas com fertilizantes utilizados em grandes lavouras e em outras atividades, que comprometem o lençol freático e os mananciais. A criação de camarão em cativeiro, é um exemplo. É uma atividade rentosa para os empreendedores, ocupa sobretudo mão-de-obra especializada e tem ação devastadora do ambiente, comprometendo a vida das populações tradicionais que dependem da agricultura e da pesca.

Ao contrário destas práticas, a produção agroecológica baseia-se na diversificação das culturas, no respeito e reconstrução de ecossistemas ameaçados, na preservação do equilíbrio da natureza, na biodiversidade e na sustentabilidade das atividades agropecuárias.

A opção pela produção agroecológica tem demarcado a ação do CETRA. A fim de tornar efetiva esta opção, as linhas de ação deste eixo temático repousam em dois aspectos essenciais:

- O acesso a terra e à água;
- O planejamento e a gestão participativa.

Consideramos estes dois aspectos fundamentais para o DRS. A regulamentação do acesso e uso da terra e dos recursos naturais reveste-se de grande importância para a vida das populações rurais, especialmente para aquelas que vivem da agricultura de base familiar e cuja sobrevivência é garantida pela produção agropecuária.

Diante dos grandes desafios enfrentados pela população rural de baixa renda, os projetos e ações deste eixo orientam-se na perspectiva de apoiar a luta pela terra, por condições de nela produzir, por segurança alimentar das famílias assentadas e agregadas e, daquelas que não possuem a terra. As necessidades básicas de pequenos/as produtores/as rurais podem ser supridas através do incremento da produtividade, com especial atenção aos recursos naturais e às relações entre as pessoas e o meio ambiente e de modalidades participativas de gestão. Estes ingredientes são essenciais para a concretização do desenvolvimento local sustentável.

A partir destas premissas, no eixo Terra, Água e Agroecologia estão sendo desenvolvidos os seguintes programas, projetos e ações:

3.1.2. Projetos e ações

a. Caminhos da Sustentabilidade para a Agricultura Familiar

Caminhos da Sustentabilidade para a Agricultura Familiar é um dos componentes do eixo temático **Terra, Água e Agroecologia/TAA**, constituindo-se importante projeto institucional.

Este projeto foi iniciado em maio de 2003. Durante o primeiro semestre de 2002 - fase preparatória - foi realizado Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com ampla participação das comunidades da região de Itapipoca/RIMI.

O Projeto definiu os seguintes objetivos a serem realizados em curto prazo:

- apoio ao processo de organização e de formulação de estratégias de permanência sustentável no campo por parte de agricultores/as familiares e de suas entidades representativas locais,
- estímulo à implementação de modalidades de gestão apropriadas ao uso democrático e sustentável dos recursos hídricos, identificados na fase preliminar de elaboração do diagnóstico.

Os seguintes objetivos específicos foram determinados:

- fortalecimento das organizações sociais,
- incentivo à mudanças nas práticas agrícolas,
- cuidado com a terra,
- desenvolvimento da agricultura consorciada e da agrofloresta,
- trato das árvores frutíferas,

- produção de adubos orgânicos,
- melhoria na qualidade de vida com maior segurança alimentar.

Os objetivos de médio prazo do projeto compreendem a realização de ações voltadas para o desenvolvimento rural a partir da implantação ou melhoria de unidades produtivas agroecológicas, tendo em vista a conservação e recuperação dos recursos naturais; a construção de novas relações sociais de gênero e geração; a mudança de mentalidade quanto aos modos de produção, de organização e de participação sociopolítica das famílias envolvidas diretamente e daquelas com as quais convivem e se relacionam.

Atividade Tema: Terra	Município	Comunidades Mobilizadas	Participantes			
			Homem	Mulher	Total	
Diagnóstico Rápido Participativo das Unidades Produtivas Familiares e dos Recursos Hídricos	Miraíma	01	12	10	22	
	Irauçuba	01	03	23	26	
	Itapipoca	07	129	63	192	
	Itapajé	01	20	12	32	
	Amontada	02	35	20	55	
	Trairi	02	35	08	43	
Subtotal	06	14	234	136	370	
Reunião sobre da Desenvolvimento da Agricultura Familiar	Itapipoca	06	74	43	117	
	Trairi	02	32	11	43	
	Amontada	01	19	08	27	
	Irauçuba	01	00	21	21	
	Itapajé	01	12	06	18	
Subtotal	05	11	137	89	226	
Tema: Água						
Duas Oficinas sobre construção de alternativas de captação e armazenamento de água	Itapipoca	03	18	06	24	
	Subtotal	01	03	18	06	24
Tema: Agroecologia						
Oficinas sobre Sistema Produtivos Agroecológicos	Itapipoca	06	100	45	145	
	Trairi	02	24	05	29	
	Itapajé	01	13	07	20	
	Irauçuba	01	00	21	21	
Subtotal	04	10	147	84	231	
Implantação de Hortas Orgânicas Comunitárias	Itapipoca	03	15	05	20	
	Subtotal	01	03	15	05	20
	Implantação de Unidades de Apicultura	Itapipoca	02	16	00	16
Trairi		01	06	00	06	
Subtotal	02	03	22	00	22	
Tema: Gênero e Cidadania						
Oficina sobre Relações de Gênero na Família Rural	Irauçuba	01	13	22	35	
Subtotal	01	01	13	22	35	
Total Geral	05		598	342	940	

A fase preliminar de diagnóstico realizado em 14 comunidades para a implantação do projeto, contou com a participação de 370 pessoas. Os DRPs realizados contêm dados e informações sobre as *unidades produtivas familiares, os recursos hídricos, as condições e equipamentos sociais das referidas comunidades*. A elaboração dos DRPs constituiu momento singular de mobilização das famílias de cada comunidade, resultando daí as primeiras ações iniciadas (reuniões, oficinas) num processo dialógico e participativo.

Os benefícios observados são diversos, podendo ser assim especificados:

- Maior participação de mulheres e da juventude, assegurando a importância desses dois segmentos como protagonistas nos processos de transformação social, de construção de relacionamentos igualitários e de alternativas visando o desenvolvimento rural sustentável.

- Benefícios aos grupos locais com o acúmulo de novas informações sobre o desenvolvimento de atividades agrossilvopastoris, ampliando seus saberes através do processo de formação e capacitação. Além destes aspectos, novos conhecimentos relativos ao cuidado com a água e com o meio ambiente, às modalidades de conservação e de renovação de tais recursos, as relações e justiça de gênero e geração, vêm sendo acumulados por agricultores/as que têm participado das atividades do projeto.

- Implantação de hortas orgânicas (Comunidades Jenipapo, Tabocal e Zé do Lago);
- Implementação de unidades de apicultura nas comunidades Mocambo de Cima, Santa Fé e Zé do Lago;
- Construção de barragem subterrânea na comunidade Nova Conquista, beneficiando cerca de 33 famílias.



Construção da barragem subterrânea em Nova Conquista/Amontada - Dezembro de 2003

Para as famílias, o acesso a tais benefícios traduziu-se em melhorias concretas na alimentação, na renda e na qualidade de vida de modo geral.

A partir do início das ações - visitas e reuniões preliminares, observa-se que a realidade das unidades familiares de produção e o nível de organização social vêm melhorando consideravelmente. Estas melhorias ganham ainda mais importância se considerarmos que tais questões eram pouco discutidas e que não havia acompanhamento ou assessoria aos grupos locais beneficiados com as ações deste projeto das comunidades onde o CETRA passou a atuar.

As oficinas sobre a temática do **desenvolvimento da agricultura familiar**, realizadas no âmbito deste Projeto envolveram 226 pessoas de 14 comunidades, em 5 municípios. As duas (02) oficinas sobre **construção de alternativas de captação e armazenamento de água** contaram com a participação de 24 pessoas; as 03 **hortas orgânicas implantadas** em comunidades distintas, atendem atualmente 08 famílias; 03 comunidades se beneficiaram com a montagem de **unidades de apicultura**, que envolvem diretamente 22 pessoas; 12 pessoas participaram da **construção de barragem subterrânea** na comunidade Nova Conquista, município de

Amontada. Apesar de não estar prevista no projeto, asseguramos a realização de oficina sobre **gênero e cidadania na família rural**, cuja avaliação indicou a necessidade de integrar doravante esta questão nas atividades rotineiras do projeto nas diversas comunidades.

No total, 940 pessoas das diferentes comunidades participaram e se beneficiaram diretamente com estas atividades, sendo 598 homens e 342 mulheres, com percentual de 59,46% do sexo masculino e 40,54% do sexo feminino. Além das famílias diretamente beneficiadas, aquelas que estão nas comunidades ou em seu entorno são beneficiadas indiretamente através de processo de sensibilização em cadeia realizado por meio de conversas, reuniões e observação de novas práticas agrícolas e de novas formas de organização e gestão daqueles que vem sendo capacitados.

A partir da participação em oficinas sobre desenvolvimento da agricultura familiar, sistemas produtivos agroecológicos, alternativas de captação e armazenamento de água e relações de gênero na família rural, as famílias passaram a demonstrar maior consciência da importância de criar condições para efetivar mudanças qualitativas e quantitativas em suas vidas e na própria comunidade. Essa tendência vem se confirmando nos momentos de avaliação, que envolvem famílias que estão sendo acompanhadas em cada comunidade.

Iniciar trabalho de tamanha amplitude, garantir a execução das atividades no tempo previsto, sem gerar expectativas, frustrações, disputas ou desânimo constituíram preocupação na fase preliminar do projeto. Optamos por destinar maior tempo às atividades de planejamento e preparação das atividades de campo para imprimir ritmo e continuidade ao projeto.

Este projeto poderá vir a ser um modelo de intervenção junto a comunidades rurais e assentamentos de reforma agrária, por sua concepção integradora e participativa de ação. Este conjunto de ações, delineadas conforme as características e necessidades de cada comunidade, coloca-se na perspectiva de fortalecer a agricultura familiar, a organização social, a participação de mulheres e jovens, a promoção dos direitos humanos e a comercialização justa. Tal investimento pode contribuir para elevar o nível de vida das famílias envolvidas e estimular aquelas que estão no entorno, para virem igualmente realizar projetos voltados para melhor qualidade de vida e bem-estar.

Observamos reconhecimento por parte das famílias envolvidas quanto à importância da igualdade de oportunidade para mulheres e homens visando a justiça de gênero e geração. No total das atividades realizadas, a participação feminina tem sido significativa, embora, dependendo da temática abordada. De modo geral, pouco mais de 40% das mulheres participaram das atividades desenvolvidas.

b. Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC): Investindo no humano e transformando o Semi-árido

O Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC) compreende um conjunto de ações referenciais para o desenvolvimento sustentável do Semi-Árido brasileiro. Trata-se de um projeto do Governo Federal à cargo do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que conta com recursos do Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura/FIDA e vem sendo executado em 60 municípios nordestinos, estruturados em 06 territórios.

No Ceará, o território de atuação do projeto é a Região do Sertão Central, envolvendo os municípios de Banabuiú, Choró, Quixadá e Quixeramobim. As ações se realizam em parceria com o Fórum Cearense Pela Vida no Semi-Árido (FCVSA). Em 2003, sete entidades que integram este Fórum participaram da execução do Projeto²,

O CETRA, uma das entidades executoras do PDHC desde 2002, atua no município de Quixeramobim, em três assentamentos (Caraíbas, Recreio e Parelhas), trabalhando junto a cinco associações comunitárias e às famílias destas comunidades.

² Os 30 assentamentos localizados no território de ação do PDHC foram divididos entre as sete entidades executoras (CETRA, ESPLAR, CIPAT, Centro de Aprendizado Agroecológico/CAA, Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro-CDDH/AC, CATAVENTO Comunicação e FETRAECE). Cada entidade responsabilizou-se pelo desenvolvimento do projeto nos assentamentos que lhe coube, tendo autonomia metodológica e de gestão.

Assentamentos assessorados pelo CETRA em Quixeramobim

Assentamento	Comunidade	Organização	Número de famílias
Caraíbas	Caraíbas	Associação de Trabalhadores do Grupos Caraíbas	38
	Camará	Associação dos Trabalhadores da Comunidade Câmara	28
	Serrinha	Associação dos Assentados de Serrinha/Assentamento Caraíbas	14
Recreio	Recreio	Associação dos Assentados do Assentamento Parelhas	23
	Mocó		12
	Descanso		07
Parelhas	Parelhas	Associação dos Assentados do Assentamento Parelhas	51
	Olho d'Água		
Total	08	05	173

Visando a construção de alternativas de desenvolvimento local sustentável e integrado, considerando as potencialidades, culturas e limites locais, realizamos oficinas de planejamento participativo nas cinco comunidades e elaboramos em conjunto o Plano de Ação 2003. Neste plano foram traçadas linhas prioritárias de ação: *produção, comercialização, segurança alimentar, recursos hídricos, serviços financeiros, com atenção à transversalidade de gênero, geração, etnia e meio ambiente*. Estas linhas sintetizam os desafios essenciais que orientam as estratégias de ação nos assentamentos sob a responsabilidade do CETRA.



Apresentação do Plano de Trabalho 2003

Na capacitação dos grupos, abordamos a *agricultura familiar de base ecológica* como uma alternativa ao desenvolvimento humano e local sustentável, procuramos identificar as especificidades e *características das famílias locais, a ocupação espacial e a disponibilidade da terra, da água, as relações sociais* e em especial, a *organização social e da produção*.

Nossa intervenção junto a estas comunidades visa fortalecer os princípios que norteiam

a ação metodológica da instituição - *fazer da ação educativa uma ação política, respeitar os valores da cultura local e incorporar as dimensões ambiental, de gênero, geração e etnia na realização das diversas ações.*

Nas cinco comunidades, as atividades foram realizadas de forma participativa envolvendo as organizações comunitárias e todas as famílias nos diferentes momentos. Um total de 176 pessoas entre homens e mulheres, adultos e jovens participaram das mesmas.

Concluídas as reuniões com as comunidades, realizamos oficinas para formação de *grupos de interesse*, tendo como foco principal o desenvolvimento da agricultura familiar, com base na agroecologia, nos cuidados com o meio ambiente e na igualdade de gênero. Esses grupos foram estruturados em três categorias:

- Apicultura
- Criação de galinha caipira
- Horticultura orgânica



Capacitação e implementação da unidade demonstrativa de horticultura orgânica em Camará/Quixeramobim Novembro de 2003



Construção da unidade demonstrativa de galinha caipira em Recreio/Quixeramobim - Novembro de 2003

As oficinas (5) por grupo de interesse constituíram excelentes momentos de capacitação em cada assentamento. Foram criados espaços de experimentação e de vivências práticas, com vistas à construção de **Unidades Demonstrativas** de produção (UDs)

As estratégias de *acompanhamento aos grupos* na construção das UD's, basearam-se na relação entre o aprendizado teórico e a prática. Esta metodologia tem dado uma dinâmica ao aprendizado, facilitando a **interação entre os saberes teórico e prático e entre técnicos e agricultores/as.**

Os *dias de campo*, representaram momentos ímpares de intercâmbio entre os grupos de interesse e contemplaram as três categorias de atividade - *apicultura, horticultura orgânica e avicultura caipira.*

Esta estratégia pedagógica mostrou-se bastante fértil para trabalhar com famílias que desenvolvem atividades agroecológicas em pequena e média escalas. O acompanhamento técnico sistemático e de qualidade revelou-se fator indispensável para o fortalecimento dos grupos, da organização social e produtiva nas comunidades.

Para reforçar as atividades produtivas, realizaram-se 40 oficinas (semanais) de capacitação nos três assentamentos, sendo 15 no assentamento Recreio, 10 em Parelhas e 15 em Caraíbas envolvendo um total de 207 participantes. Desse processo resultou a implantação das 07 Unidades Demonstrativas de apicultura, horticultura e criação de galinha - 02 em Recreio, 02 em Parelhas e 03 em Caraíbas.



Capacitação em apicultura em Caraíbas/Quixeramobim Outubro de 2003

Nas oficinas sobre criação de galinha caipira constatou-se participação majoritária de mulheres, confirmando a tendência e o costume local segundo os quais esta atividade ainda é considerada doméstica e dita feminina. Mesmo se tratando de atividade desenvolvidas tradicionalmente pelas famílias, esta tarefa ainda cabe à mulher. A apicultura, apesar de ser uma atividade pouco desenvolvida por agricultores/as familiares, despertou interesse de número significativo de pessoas.



Grupo capacitado em manejo e produção de galinha caipira em Camará/Quixeramobim

Em algumas comunidades, a realização de atividades voltadas para a horticultura orgânica é inviável em razão da escassez de água e da distância entre os açudes e os locais das hortas. Porém, depois de várias reflexões, as famílias do assentamento Recreio decidiram enfrentar o desafio de experimentar esta atividade, na expectativa de melhorar o cardápio alimentar e torná-la viável economicamente. Ressalte-se que esta é também uma atividade desenvolvida essencialmente por mulheres.

Durante os procedimentos de capacitação das famílias, realizaram-se visitas de intercâmbio a fim de permitir ao grupo observar e conhecer outras práticas de agricultores/as. 33 pessoas, entre jovens e mulheres, participaram de visitas a experiências nos municípios de Senador Pompeu e Ocara.

A temática do Cooperativismo de Crédito Rural despertou grande interesse nos grupos que se engajaram nas reflexões. Muitos agricultores e agricultoras têm se mostrado interessados na criação de uma Cooperativa no Sertão Central, pois consideram que este instrumento pode lhes facilitar o acesso ao crédito e a outros serviços financeiros com baixo custo e de modo mais simplificado. Trata-se de um grupo composto por cerca de 50 pessoas que se reúnem regularmente na expectativa de constituir sua cooperativa. Esta possibilidade anima agricultores/as dos 04 municípios que compõem o território de atuação do PDHC. Esta proposta poderá se concretizar ao longo do ano 2004.

Historicamente, a comercialização de produtos originários da agricultura familiar, tem representado um problema para milhares de famílias rurais, em virtude de sua desvalorização. A qualidade, a quantidade dos produtos ofertados e as condições desfavoráveis no mercado local constituem desafios a serem enfrentados.

A formação/capacitação e a promoção da agricultura de base familiar figuram dentre os principais objetivos do projeto. Portanto, face à situação identificada, investiu-se na capacitação para melhorar a qualidade da produção e, conseqüentemente, o nível de comercialização.

Com esta visão, fez-se simultaneamente processos de reflexão sobre a organização da Feira da Agricultura Familiar de Quixeramobim que foi viabilizada com aportes do PDHC. A aquisição de equipamentos - 30 barracas padronizadas, 30 uniformes e material de divulgação (cartazes e folder) foi assegurada pelo programa. Um grupo de 12 feirantes vem participando semanalmente da feira que conta com o apoio do Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Quixeramobim.

Em relação aos Recursos Hídricos, abordamos questões relativas à gestão da água. Foram construídas 166 cisternas de placas, beneficiando igual número de famílias, ou 830 pessoas. Das 173 famílias assentadas, sete já dispunham deste equipamento.

Concluídas as cisternas, realizou-se em cada assentamento, capacitação dos pedreiros para confecção de bombas hidráulicas a serem instaladas nas cisternas. Esta capacitação, coordenada por um técnico da equipe do Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) do CETRA, habilitou 10 pessoas para a produção e instalação de bombas hidráulicas.

Estudo Propositivo da Agricultura Familiar

Todas as atividades referentes às questões envolvendo terra, água, natureza e agricultura familiar estão inseridas no eixo temático *Terra, Água e Agroecologia*, por isso este estudo foi desenvolvido no âmbito deste eixo.

Atualmente vem-se discutindo no Brasil a territorialidade como aspecto basilar para o desenho de políticas, programas e projetos de desenvolvimento. Os estados brasileiros estão divididos politicamente em municípios. Com a nova política de territorialidade, os municípios brasileiros estão sendo agrupados segundo suas características geográficas, sociais, econômicas e culturais.

Tendo em vista este contexto e respondendo a uma demanda do projeto Dom Hélder Câmara, foi realizado um Estudo Propositivo da Agricultura Familiar em áreas de reforma agrária. O INCRA selecionou áreas situadas no Território da Zona Norte, nas regiões de Sobral e Itapipoca. Este Estudo Propositivo foi desenvolvido em território específico, com caracterização geral e detalhada da agricultura familiar, seguida da análise das principais cadeias produtivas identificadas e do mercado, apresentando, por fim, um conjunto de proposições estratégicas.

No Território da Zona Norte, o estudo compreendeu os municípios de Sobral, Santana do Acaraú, Massapê, Itarema, Amontada, Irauçuba, Itapipoca e Miraíma. Os quatro últimos integram a **área prioritária de atuação do CETRA**. Três Parceiros de Execução Direta (PED) foram selecionadas para realizar o referido estudo. O CETRA o realizou em 08 assentamentos assim distribuídos: 03 na região de Sobral, nos seguintes assentamentos dos municípios – Picada/Ruzy em Sobral, Alvaçã/Goiabeiras em Santana do Acaraú, Contendas/Boqueirão em Massapê; e 5 na região de Itapipoca: Nova Conquista em Amontada, Mandacaru em Irauçuba, Córrego dos Cajueiros em Itapipoca, Lagoa do Mineiro em Itarema e Aragão em Miraíma.

Este estudo permitiu a elaboração de relatório contextualizando cada município e assentamentos, que deverão subsidiar a execução de ações do PDHC.

c. Programa de Mobilização e Formação para a convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas (P1MC)

O P1MC, como o próprio nome indica, tem por objetivo capacitar as famílias para a convivência com o Semi-Árido e tem como meta a construção de um milhão de cisternas de placas em comunidades rurais do semi-árido brasileiro, nos estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e norte do Estado de Minas Gerais.

As principais parcerias do Programa são as Articulações do Semi-Árido (ASA) de cada Estado. No Ceará, o Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido desempenha papel central. Ele congrega diferentes organizações que atuam junto a populações rurais (ONGs, representações sindicais, pastorais sociais). Dentre os participantes do Fórum, 06 entidades³ desempenham papel de Unidades Gestoras Micro-regionais (UGM), responsabilizando-se pelas ações do programa (atividades de capacitação de pedreiros e de gerenciamento de recursos hídricos), destacando-se a constituição dos Fóruns Municipais de Convivência com o Semi-Árido, que se reúnem regularmente para avaliar e planejar o trabalho.

³ CETRA, ESPLAR, Caritas Regional, Caritas de Limoeiro, Pastoral Social da Diocese de Tianguá, Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro/CDDH-AC de Senador Pompeu, Centro de Estudos de Assessoria ao Trabalhador/CEAT de Sobral.

A área de atuação do CETRA, compreende os municípios de Itapipoca, Amontada, Trairi, Miraíma, Pentecoste, Apuiarés, Tejuçuoca, General Sampaio, Itapajé e Irauçuba. Em 2003, cerca de 60 comunidades destes municípios foram beneficiadas com as ações do Programa.

A construção das cisternas – parte visível do programa – constitui ao mesmo tempo uma estratégia de convívio com a irregularidade e escassez de chuvas na região, problema que afeta a vida de milhares de famílias, sobretudo as mais pobres⁴ e um pretexto pedagógico para mobilizar e sensibilizar estas famílias rurais do semi-árido para participação em um processo de educação para a cidadania e luta por melhores condições de vida.

Os principais objetivos do P1MC são:

- Contribuir com o processo educativo de transformação e de gestão social dos recursos hídricos visando sua conservação e acesso;
- Sensibilizar a população e as autoridades locais para a valorização da água, como um direito essencial à vida e à cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com os ecossistemas do semi-árido;
- Criar mecanismos que promovam a participação de todos os atores envolvidos na gestão e no controle social do Programa;
- Propiciar o acesso descentralizado à água para consumo humano na Micro-região;
- Difundir a correta compreensão do semi-árido para o conjunto da sociedade.

A educação constitui elemento essencial do Programa. Diversos temas relacionados com a vida no semi-árido vêm sendo tratados e têm por base os seguintes objetivos: sensibilizar a população para a *conservação da terra, da água e do ambiente de modo geral, para o cuidado com a saúde, com a segurança alimentar, com a educação de crianças jovens e adultos e com as relações de gênero, e viabilizar alternativas de acesso à água*. Além destes temas, nas oficinas procuramos suscitar nos participantes iniciativas sobre a importância e a necessidade da gestão dos recursos hídricos, da preservação de reservatórios e manutenção das cisternas.

Na operacionalização das atividades destacam-se os cursos e/ou oficinas sobre gerenciamento dos recursos hídricos destinados às famílias e atores locais, a capacitação de pedreiros, organização de fóruns locais e regionais sobre a problemática e peculiaridades desta região e as alternativas para melhoria da qualidade de vida nas diversas comunidades envolvidas no programa, tendo em vista o bem-estar de todos/as.



Curso de fabricação de bombas manuais - Agosto de 2003

⁴ A captação de água da chuva e seu armazenamento em cisternas visa atender as necessidades das famílias, sobretudo, nos períodos de estiagem.

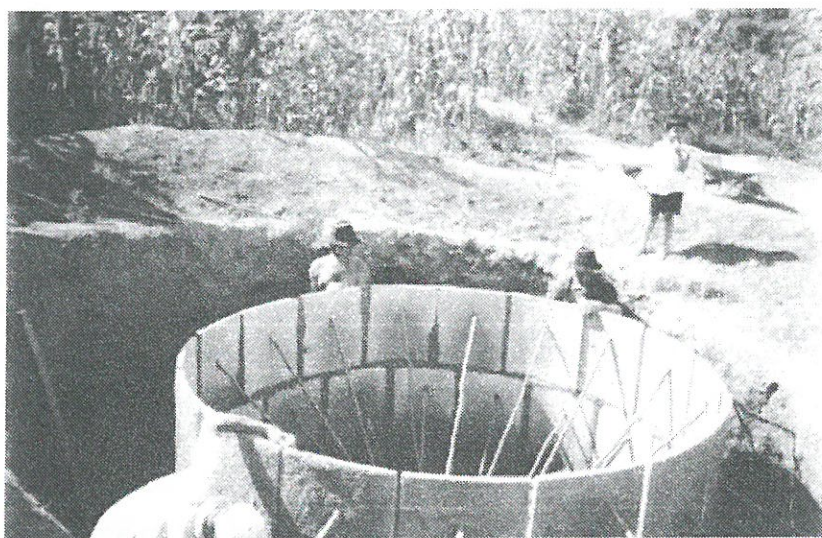
Na Micro-região as mobilizações para as atividades se deram em 10 dos 18 municípios, onde foram organizados 22 cursos, que contaram com a participação direta de membros de 415 famílias, representando um total de aproximadamente 2.075 pessoas. As atividades específicas de capacitação de pedreiro foram asseguradas através de 5 cursos, que formaram 43 pedreiros. Estes participaram da construção de 258 cisternas nos mesmos municípios. Uma (01) oficina de capacitação para 24 representantes das Unidades Executoras de 08 municípios abordou questões relativas ao funcionamento do programa, à convivência com o Semi-Árido, à importância das parcerias para viabilizar as ações programáticas e à gestão dos materiais para a construção das cisternas, entre outros.

A mobilização das entidades envolvidas com o P1MC resultou na formação do Fórum Micro-Regional de Itapipoca e dos Fóruns Municipais de Convivência com o Semi-Árido nos 10 municípios. Os Fóruns têm possibilitado discussões amplas que extrapolam as questões práticas referentes à construção de cisternas, entre eles: o Programa Fome Zero do Governo Federal e sua importância para minimizar a pobreza; a questão da terra; a reforma agrária; a educação contextualizada no Semi-Árido, a conservação do meio ambiente e as relações de igualdade de oportunidade. Estes constituíram-se momentos por excelência para a troca de experiências entre moradores de diversas comunidades e representantes de organizações associativas. Merecem destaque as parcerias com as prefeituras de *Apuiarés, Pentecoste, Miraíma e Itapajé*.

A construção de relações de parcerias entre organizações da sociedade civil e poder público para realizar atividades conjuntas, nos permite ampliar o diálogo, favorecer a complementaridade de ações que podem se traduzir em melhorias concretas das condições de vida de muitas famílias que vivem no semi-árido. Ao mesmo tempo, a dimensão institucional da ação do CETRA vai ganhando espaço e visibilidade na região, através de ações e articulações com diferentes atores sociais formadores de opinião. Surgem novos espaços de diálogo e interlocução. As atividades de mobilização e coordenação dos trabalhos, incluindo a construção de cisternas, foram realizadas, deste modo: em parceria com as Unidades Executoras municipais compostas por entidades da sociedade civil, identificadas no quadro abaixo:

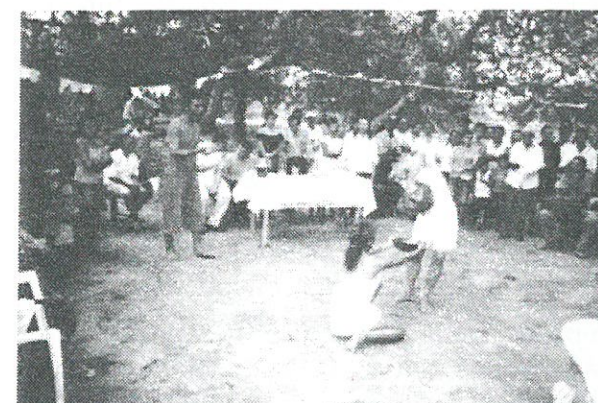
Entidades Executoras na região

Município	Entidades Executoras
Amontada	Sindicato de Trabalhadores/as Rurais/STR
Apuiarés	Sindicato de Trabalhadores/as Rurais/STR
General Sampaio	Federação das Entidades Comunitárias/FECOGESA
Irauçuba	Federação das Associações de Irauçuba/FAI
Itapajé	Sindicato de Trabalhadores/as Rurais/STR
Itapipoca	Associação de Moradores Amigos do Deserto/AMADI
Miraíma	Sindicato de Trabalhadores/as Rurais/STR
Pentecostes	Sindicato de Trabalhadores/as Rurais/STR
Tejuçuoca	Associação Comunitária do Município de Tejuçuoca/ACOMTE
Trairi	Sindicato de Trabalhadores/as Rurais/STR

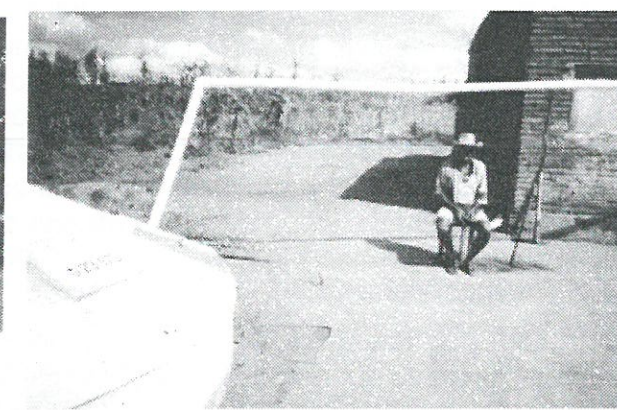


Cisterna em construção - Novembro de 2003

Através do P1MC vem sendo desenvolvido um trabalho fundamental para a convivência com o Semi-Árido, a partir das ações de sensibilização e educação para a organização e produção que envolvem as famílias beneficiadas pelo projeto. Os ensinamentos repassados nas oficinas são transmitidos às demais famílias das comunidades através de relações entre familiares, vizinhos, amigos.



Esquete teatral sobre gerenciamento de recursos hídricos encenada na cerimônia de inauguração das cisternas em Cipoal/Trairi - Dezembro de 2003



Seu Afonso Ferreira de Mesquita ao lado de sua cisterna em Apuiarés - Dezembro de 2003

d. Acesso à Terra e Desenvolvimento Territorial Participativo (Projeto Milagre)

No início de 2003, o CETRA foi convidado por representantes do **Departamento Internacional para o Desenvolvimento** da cooperação britânica no Brasil (DFID) para realizar um trabalho de pesquisa sobre os processos de reforma agrária realizados nos últimos anos. A preparação desta pesquisa resultou na elaboração e implementação do Projeto "Acesso à terra e desenvolvimento territorial participativo".

Este projeto de abrangência regional compreende ações em três estados do Nordeste - Bahia, Ceará e Pernambuco.

No Ceará o projeto é coordenado pelo CETRA em conjunto com pesquisadores/as da Universidade Federal do Ceará - Departamentos de Geografia e de Economia Doméstica, que estão realizando a pesquisa no Sertão Central, nos municípios de Banabuiú, Boa Viagem, Canindé, Caridade, Choró, Ibaretama, Itaira, Madalena, Paramoti, Quixadá e Quixeramobim.

O desenho metodológico da pesquisa-ação e os conteúdos trabalhados definidos no âmbito deste projeto foram fruto de uma dinâmica que envolveu técnicos do DFID, de organizações sociais e de universidades dos três Estados em Oficinas e Encontros de planejamento com a coordenação do DFID, representantes das entidades da sociedade civil e de organismos públicos estaduais.

O objetivo é elaborar um pre-diagnóstico das políticas de acesso à terra a partir de dados secundários, que serão aprofundados através de pesquisa-ação a ser realizada posteriormente.

Os estudos preliminares estão em curso nos diferentes Estados e a partir da primeira fase de socialização em nível regional, os resultados obtidos servirão de base para a elaboração e negociação de propostas e projetos com parceiros governamentais ou não, nacionais ou internacionais.

Devido a redefinições do DFID Internacional procedeu-se a redução da amplitude do estudo previsto inicialmente. Todavia, para além dos objetivos específicos e das reduções operadas, este projeto tem possibilitado ao CETRA criar espaços de reflexão e de elaboração, além de acumular conhecimentos e informações que poderão servir de base para novos eventos de natureza similar.

e. Outras atividades

Em relação aos projetos deste eixo, recebemos visitas de representantes da cooperação internacional, de órgãos governamentais e de instituições com quem mantemos relações de amizade e de parceria, que resultaram em viagens às comunidades e assentamentos para examinar a evolução das ações e projetos em execução. Ocorreram oficinas de diálogo promovidas pelo DFID e a Secretaria Estadual de Integração e Mobilização Social - SIM junto com organizações da sociedade civil especialmente as afiliadas da ABONG objetivando discutir o Plano Estadual de Inclusão Social. Membros do CETRA participaram ainda do Encontro Regional da ASA, em Campina Grande/Pb, e dos encontros das agências de cooperação e parceiras nacionais. Da mesma maneira, ampliaram-se as articulações em favor dos projetos desenvolvidos nas regiões de atuação institucional, nos fóruns e redes locais, regionais e nacionais.

3.1.3. Perspectivas e estratégias

Mesmo tendo havido progressos no campo da conquista da terra, grandes desafios permanecem tanto em relação ao nível de formação de lideranças rurais, quanto ao desenvolvimento institucional e à realização dos diferentes projetos do eixo.

Existem maneiras de conviver com o Semi-Árido, através da realização de pequenas obras de baixo custo. Para conviver com essa realidade climática, as famílias rurais de baixa renda vêm se apropriando de tecnologias que lhes permitem dispor de água para consumo nos períodos de escassez. Intervenções de pequeno porte poderão vir a atender às necessidades das famílias do semi-árido, por exemplo, com relação à irrigação, como a barragem subterrânea, barreiro trincheira, entre outras. Sem infra-estrutura básica a agricultura familiar se torna inviável e o desenvolvimento rural sustentado não se concretiza.

Para além das condições físicas, a educação popular é uma premissa para as transformações sociais no campo. Convivemos historicamente com uma cultura marcada por uma ideologia que contribui para a manutenção da pobreza, da dependência, do analfabetismo, para o imediatismo das políticas, para a realização de ações compensatórias.

As entidades da sociedade civil vêm agindo no sentido de “desconstruir” essa cultura e construir novas formas de relações sociais, políticas e econômicas, nova mentalidade, para que os atores sociais assumam o papel de protagonistas dos processos de mudança social e superem as vicissitudes da vida. Para isso, estimular a auto-estima, o desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas e o cuidado com os potenciais ambientais e culturais a partir de processo de mobilização e sensibilização são passos indispensáveis para mudar “a cara”, as feições de nossas comunidades rurais marcadas pela pobreza e pela dependência.

Por isso, em suas perspectivas e estratégias, o CETRA insiste na transformação social através do diálogo e da participação e tem investido em processos que permitam o desenvolvimento humano – individual e comunitário - através de ações propositivas encaminhadas através dos eixos temáticos principais da instituição – Terra, Água e Agroecologia (TAA), Gênero e Cidadania (G&C), Sócio-Economia Solidária (SES) e Ação e Educação Ambiental (AEA).

A terra, a água, a agropecuária, o conhecimento, a tecnologia e o crédito são fundamentais para a melhoria das unidades produtivas familiares e da renda. Esses fatores não podem ser trabalhados de forma isolada. Devem combinar cuidados ambientais e proteção dos ecossistemas naturais, com relações de igualdade e de justiça de gênero e gerações, enfim, com o crédito de baixo custo. Por isso, nossa equipe tem buscado desenvolver as ações institucionais de forma integrada para que possam ter durabilidade e obter resultados favoráveis à transformação dos níveis de vida das populações rurais.

Em 2004, a área de atuação deve permanecer a mesma em relação aos projetos institucionais específicos (Região Prioritária de Ação), em especial: Caminhos da Sustentabilidade e Mercado da Gente, que devem intervir de modo integrado, tendo em vista suas especificidades. Os demais projetos do eixo poderão se expandir para outras áreas geográficas e atender um público mais amplo (P1MC, PDHC entre outros).

3.2. Sócio-Economia Solidária

3.2.1. Desafios relativos ao eixo

A temática da Sócio-Economia Solidária vem assumindo destaque no mundo do trabalho, justamente no enfrentamento do desemprego que atinge milhares de pessoas da População Economicamente Ativa (PEA) no Brasil. É um tema recorrente entre as diversas instituições e entidades da sociedade civil que buscam atuar de forma articulada em redes e fóruns nos níveis nacional e estadual.

Essa prática da Sócio Economia Solidária vem avançando e criando laços entre grupos de diferentes regiões do Brasil, demonstrando a capacidade criadora desses grupos organizados nas diferentes áreas de produção formados por homens e mulheres de todas as idades, nos diversos setores produtivos. Os projetos no campo da Sócio-Economia são desenvolvidos na perspectiva de proporcionar a elevação da auto-estima, como o resultado das iniciativas que melhoram a renda familiar e alteram a qualidade de vida das pessoas em todos os níveis – econômico, social, político e cultural. Essas iniciativas têm ganhado espaço na sociedade e contam com financiamentos procedentes de programas de microcrédito ofertados por iniciativa do Governo Federal e de programas da Cooperação Internacional.

A principal modalidade do eixo SES é o fomento de linhas alternativas de financiamento da produção e da comercialização articulando-se com os demais eixos, em especial, com Terra, Água e Agroecologia.

No campo das microfinanças surgem alternativas importantes como o cooperativismo de crédito rural e sua ação específica de financiamento da produção, comercialização e serviços. Tal alternativa busca oferecer o acesso ao crédito de modo mais fácil, com condições mais acessíveis, através de organizações associativas geridas pelos próprios beneficiários.

O envolvimento do CETRA nesta temática é uma consequência lógica de sua trajetória de ação em prol do desenvolvimento local sustentado, melhoria das condições de vida dos agricultores/as e trabalhadores/as rurais. Nossa atuação tem sido pautada nos princípios da autonomia, da solidariedade e da cooperação, na perspectiva de um mercado justo, que fortaleça a organização sócio-econômica da agricultura familiar. Neste sentido, quando o CETRA decidiu contribuir com as famílias assentadas, visando melhorar as condições de vida na terra conquistada, previa agir na melhoria da produção e da comercialização nas áreas reformadas. Quando ascendeu a discussão sobre a economia popular e solidária, o CETRA se encorajou e incentivou agricultores/as familiares da RIMI a enfrentar o desafio de criar uma cooperativa de crédito rural na região. As reflexões nesta direção duraram cerca de dois anos, concretizando-se com a fundação da COCREDI⁵ em 2001.

As modalidades de trabalho deste eixo temático inserem-se sobretudo na divulgação e experimentação de sistemas alternativos de microfinanciamento e de modalidade de autogestão comunitária, de instrumentos financeiros e estruturas de beneficiamento e comercialização em moldes cooperativos e solidários. As atividades visam a capacitação e formação de produtores/as e de representantes de suas entidades representativas, campanhas de informação e sensibilização social.

Os principais desafios do eixo residem particularmente na capacidade de articular diferentes grupos em torno desta temática, desde a base (grupos de produção, associações, sindicatos) para construir e ampliar relações de parceria com vistas ao desenvolvimento rural sustentável.

3.2.2. Projetos e ações

a. Mercado da Gente – Diversificando as economias rurais no semi-árido cearense

Este projeto foi concebido com a expectativa de aprofundar a discussão acerca das temáticas que envolvem o cooperativismo de crédito rural e a comercialização da produção de base familiar na região de Itapipoca, dentro de uma visão de economia popular e solidária, junto

aos agricultores/as, cuja economia é de base familiar, e que são os principais atores sociais rurais envolvidos com esta temática.

É uma economia baseada na produção agrícola, na criação de animais de pequeno porte, na produção artesanal, na pesca, em pequenos negócios e serviços. A produção com qualidade e a comercialização constituem fatores determinantes para garantir rendimentos respeitáveis que permitam o mínimo necessário à segurança alimentar e uma melhor qualidade de vida das famílias.

Para que a produção e a comercialização se efetivem satisfatoriamente e respondam aos anseios de renda das famílias, a **capacitação** tem se revelado instrumento essencial deste projeto. Através dos processos de capacitação tem se reforçado a organização social e econômica, a produção orgânica com base na agroecologia, as relações de igualdade de oportunidade para mulheres e homens - base dos direitos humanos. Com esta preocupação, procuramos articular parcerias para a realização de eventos de formação e capacitação de lideranças e grupos organizados nas comunidades.

O CETRA mobilizou recursos do MDA para que a COCREDI realizasse as ações do *Projeto de Capacitação para o Desenvolvimento do Cooperativismo de Crédito Rural Solidário e o Fortalecimento da Agricultura Familiar*, no período de novembro de 2002 a abril de 2003. A mesma discussão foi levada para outros municípios de atuação da COCREDI, levando em conta a diversidade de contextos dos municípios da região. Nesse processo e a partir das ações de sensibilização, começaram a surgir os embriões dos Agentes Regionais de Comercialização e de Crédito.



Feira da Agricultura Familiar de Quixeramobim - Agosto de 2003

Visando qualificar a ação da COCREDI, o CETRA viabilizou a participação de um Diretor da COCREDI, juntamente com o Coordenador do Eixo SES do CETRA, em um Curso sobre Auditoria Interna em Cooperativas de Crédito, realizado em Brasília com apoio da SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério de Desenvolvimento Agrário. Em seguida, o Diretor da COCREDI participou de estágio junto a cooperativa do Sistema CRESOL, no município de Francisco Beltrão, estado do Paraná. O resultado direto reflete-se na melhoria da capacidade e do desempenho da COCREDI junto a agricultores/as e entidades associativas e sindicais.

A difusão do cooperativismo de crédito na região que compreende hoje 18 municípios tem resultado em bons frutos, haja visto o nível de participação de agricultores/as nas oficinas e reuniões e a ampliação do número de cooperados/as da COCREDI, de 140 em 2002, para 300 em 2003.

Os beneficiados/as diretos das atividades de capacitação são os sócios da COCREDI. Todavia estas atividades são abertas a agricultores/as não cooperados com o objetivo de sensibilizá-los com relação às vantagens do sistema cooperativo. Dentre as ações propostas, destaca-se o processo de formação de Agentes Comunitários de Crédito que constitui objetivo

específico deste projeto e será realizado ao longo de 2004. Os fundos de crédito geridos pela Cooperativa beneficiam exclusivamente seus associados/as. A abordagem do crédito vem se dando através da COCREDI⁶, cujo processo de assessoria e de formação continuada de dirigentes e de cooperados/as foi intensificado nesse período.

Os municípios foram divididos em três grupos, de acordo com critérios previamente definidos (concentração de agricultores/as familiares e de assentamentos de reforma agrária, áreas com potencialidade econômica para promover modelos de desenvolvimento rural sustentável; com condições para a constituição de Postos de Atendimento Cooperativos [PAC], áreas com potencialidade de capital social: organizações sociais autônomas, controle social e participação nas políticas públicas. A abordagem adotada será detalhada a seguir:

a) **Grupo 1:** Formado pelos municípios de Amontada, Itapipoca, Itapajé, Itarema, Miraíma e Trairi, onde os trabalhos de sensibilização em cooperativismo de crédito e comercialização foram mais intensificados;

b) **Grupo 2:** Compreende os municípios de Apuiarés, General Sampaio, Pentecostes e Tejuçuoca, que encontram-se numa fase mais elaborada de organização, com a constituição do COAM-BC – Conselho das Organizações Associativas da Micro-região do Baixo Curu, onde já se desenvolve uma experiência de organização e de comercialização da produção;

c) **Grupo 3:** É composto de municípios onde o CETRA e a COCREDI ainda não realizaram ações de capacitação em cooperativismo de crédito - Paraipaba, Paracuru, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Tururu, Umirim, Uruburetama e Irauçuba, mas que figuram como territórios a serem inseridos nesse trabalho.



Reunião com grupo de feirantes - Julho de 2003

⁶ Primeira do gênero no Ceará, abrange 18 municípios da região e um universo populacional de 522.564 habitantes, dos quais, 238.403 se originam da zona rural - IBGE - 2000.

Quadro 2: Área de atuação da COCREDI

Município	Área Km ²	População (hab.)		Sócios		
		Urbana	Rural	H	M	PJ
1. Amontada *	1.575	11.802	20.531	13	03	02
2. Apuiarés	563	9.453	7.087	-	-	-
3. General Sampaio	184	2.316	2.550	-	-	-
4. Irauçuba *	1.379	10.873	8.687	-	-	-
5. Itapipoca*	1.186	48.481	45.888	189	107	09
6. Itapajé *	397	27.459	13.634	-	-	-
7. Itarema	735	9.901	20.446	-	-	-
8. Miraíma *	763	4.772	6.645	05	01	-
9. Paraipaba	313	12.680	12.782	01	-	-
10. Paracuru	295	16.673	10.868	-	-	-
11. Pentecoste	1.346	19.212	13.388	01	01	01
12. São Gonçalo do Amarante	842	22.077	13.531	-	-	-
13. São Luís do Curu	125	7.384	4.113	-	-	-
14. Tejuçuoca	801	4.157	9.362	-	-	-
15. Trairi *	939	14.413	30.114	24	10	03
16. Tururu *	202	5.278	6.220	01	-	01
17. Umirim	320	10.060	7.283	01	-	-
18. Uruburetama *	125	11.170	5.274	01	02	01
TOTAL	12.090	284.161	238.403	237	126	18

H = Homens; M = Mulheres; PJ = Pessoas Jurídicas (sindicatos, associações, etc)

A discussão sobre a formação de Comissões Municipais de Crédito ou núcleos de atendimento nos municípios, começa a ganhar corpo à medida que a COCREDI vai aumentando sua capilaridade. A figura do Agente Comunitário de Crédito, que deverá ser formado por este projeto a partir de 2004, ganha relevo na perspectiva de fortalecer a proposta de constituição das Comissões Municipais e dos Postos de Atendimento Cooperativo.

Quanto à comercialização, a região de Itapipoca configura-se como um pólo regional de desenvolvimento, dada sua posição geográfica (limite com a Região Metropolitana de Fortaleza e porta de entrada para a Zona Norte do Ceará), a diversidade de sua economia e suas potencialidades de recursos naturais. Além destes potenciais, a região beneficia-se de grande riqueza ambiental, contando com áreas de serra, sertão e praia.

As atividades já realizadas colocam-se também na perspectiva de criar condições para a implantação de um Centro Regional de Apoio a Comercialização e para o estabelecimento de canais de comercialização direta. Pretende-se criar condições para que produtores/as rurais possam vender seus produtos sem intermediação, mantendo relação direta com o público consumidor.

b. Outras atividades

Durante 2003, este eixo privilegiou estratégia de ação voltada para as articulações com instituições públicas municipais, estaduais e federais, mas também com entidades e organizações sociais com as quais mantemos contato, no sentido de estabelecer parcerias para viabilizar o trabalho do projeto em andamento. A concretização das atividades do eixo/projeto foi possível também graças ao alargamento das articulações que nos credenciaram para estar em contato direto com setores ligados à temática. Durante o ano, recebemos companheiros/as de outros Estados (Bahia, Pernambuco, Paraná, Brasília) que se dispuseram a colaborar com as discussões sobre cooperativismo de crédito e partilhar suas experiências conosco e com nossos parceiros locais. Participamos ainda de vários eventos relativos ao desenvolvimento da agricultura familiar através de Conselhos Estaduais e Nacional.

3.2.3. Perspectivas e estratégias

Os resultados já obtidos apontam para uma perspectiva de maior expansão do cooperativismo de crédito rural que será reforçado na região através da ação dos Agentes Comunitários de Crédito a serem formados pelo projeto. Além desta estratégia, a implantação dos Postos de Atendimento Cooperativo, prevista nas etapas subseqüentes constitui outra ação de reforço ao cooperativismo de crédito. Fortalecer e estimular a participação de agricultores/as na COCREDI é uma estratégia e um desafio a ser enfrentado. A discussão sobre esta alternativa de crédito para a agricultura familiar no Sertão Central deverá ser ampliada em 2004, a fim de fortalecer a agricultura familiar e a comercialização justa no semi-árido cearense.

3.3. Gênero e Cidadania

3.3.1. Desafios relativos ao eixo

Duas vertentes compõem o eixo Gênero e Cidadania. Para dar conta da totalidade e complexidade do desenvolvimento rural sustentável, as reflexões sobre esta temática não podem prescindir da integração desta vertentes.

a) Gênero – categoria de análise utilizada para estudar e compreender as relações sociais entre mulheres e homens, considerando os sistemas de hierarquia a partir das relações que foram construídas social e culturalmente ao longo da história. Para superar as desigualdades de gênero, desconstruir a cultura discriminatória, promover a igualdade e a justiça de gênero revestem-se de grande importância as ações educativas, visando a formação de uma nova mentalidade capaz de integrar estas dimensões na construção de alternativas de desenvolvimento sustentável. Sem a participação das mulheres o desenvolvimento não é integrado e sustentável e os direitos não são humanos.

b) Cidadania – noção que se refere ao exercício pleno dos direitos humanos já conquistados cujo conteúdo e sentido vêm sendo ampliados através da conquista de novos direitos. Atualmente, a discussão sobre o compromisso com o cumprimento de deveres está em pauta. A construção de uma identidade individual e coletiva faz parte do exercício da cidadania plena. Pode se considerar cidadã, uma pessoa pobre, sem escolaridade, sem terra, sem acesso a bens e serviços, sem renda definida, com baixa auto-estima, vivendo em comunidade discriminada? O acesso à terra, à água, à saúde, à educação e aos recursos naturais, é premissa maior para construir novas relações sociais de igualdade de direitos, para homens, mulheres e gerações - o acesso a bens de consumo, a tecnologias e a novos saberes, proporcionará o sentimento de pertencimento, contribuindo para a construção dessa identidade cidadã.

Criar as condições necessárias para trabalhar a formação de pessoas e grupos no sentido de compreenderem estas duas dimensões como fundamentais para o bem-estar social das famílias faz parte dos desafios do eixo. Além disso, acompanhar e assessorar a organização das trabalhadoras rurais, na perspectiva do fortalecimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais na região, constitui-se compromisso do CETRA. Através deste eixo temos buscado contribuir para a expansão dos grupos e o fortalecimento da organização das mulheres em nível estadual, articulando-os com outras organizações e movimentos e estreitando relações com os poderes públicos para acompanhar a gestão das políticas setoriais de cada município, tendo em vista o atendimento das necessidades desse segmento. O CETRA tem buscado ainda combater a discriminação, a violência doméstica contra a mulher e o abuso sexual contra meninas, e busca também promover ações propositivas e de participação e pertencimento em relação às políticas. Envolver o maior número de pessoas das comunidades, inclusive os homens, neste processo, representa um passo na direção da eliminação das desigualdades e das injustiças cometidas contra as mulheres.

Temos empreendido estratégias internas e externas relativas ao desenvolvimento de ações de gênero e cidadania, começando por sensibilizar a equipe que atua diretamente com os grupos na base. Da mesma maneira, temos buscado articular comunidades, poder local (políticas setoriais), universidades, movimentos sociais, e estabelecido parcerias para a realização de atividades educativas nesta temática, integrando-a aos demais eixos institucionais. Acreditamos

que deste modo, podemos engendrar mudanças em favor de relações igualitárias, de respeito aos direitos humanos e de compromisso com os deveres por parte de cada cidadão.

Compreendemos, todavia, que não basta aos grupos terem mais conhecimentos, mais informações, se estas não provocarem mudanças efetivas de comportamento, de atitude e de relação em homens e mulheres. Questões indispensáveis devem ainda ser tratadas de forma continuada, como a subjetividade e o imaginário, para que mudanças reais possam ocorrer.

3.3.2. Projetos e ações

a. Mulheres do Mar - tomando a vida nas mãos

Este projeto foi concebido na perspectiva de desenvolver ações educativas e geradoras de renda para mulheres, pertencentes a famílias tradicionais que vivem na costa cearense. Realizamos um estudo preliminar para preparação e definição das orientações visando a elaboração do projeto e posterior implementação de suas ações na costa dos municípios de Amontada e Itapipoca.

Nesse processo, adotamos metodologia participativa, compreendendo consultas, entrevistas familiares, oficinas e reuniões de trabalho com os membros dos grupos de marisqueiras e algeiras e representantes de associações. Este processo foi complementado por breve estudo a respeito do contexto sócioeconômico das diversas comunidades do litoral destes dois municípios, com ênfase para as atividades extrativistas. Estas atividades envolvem particularmente as mulheres praieiras, que ocupam-se da coleta de algas visando proporcionar o aumento da receita familiar. Além da coleta, as mulheres se asseguram inúmeras atividades familiares e domésticas.

As ações deste projeto ainda se realizam de forma incipiente, estando restritas às comunidades da costa do município de Itapipoca. Em 2003, realizaram-se reuniões e oficinas com representantes de sete comunidades costeiras deste município, com a participação da Organização das Cooperativas do Estado do Ceará (OCEC), Colônia de Pescadores do distrito de Baleia, Associações de artesãs e comunitárias. Este processo permitiu a criação de uma estrutura básica de organização das mulheres – Conselho de Algeiras e Marisqueiras de Itapipoca (CAMI) - com a escolha de uma coordenação formada por representantes das comunidades locais – Apiques, Baleia, Bom Jesus, Jacaré, Maceió, Pedrinhas e Sítio São José.



I Seminário "A Onda é Preservar" em Apiques/Itapipoca Novembro de 2003



Mulheres coletando alga em Apiques/Itapipoca Dezembro de 2003



Montagem de estrutura para cultivo de algas em Apiques/Itapipoca - Dezembro de 2003

Em parceria com o IBAMA e a UFC⁷, o CETRA realizou o seminário "A Onda é Preservar" na comunidade Apiques, com a participação dos membros da CAMI e das associações locais, ocasião em que se estudou a importância da preservação da flora marítima, os tipos de algas, a coleta, a transformação e a comercialização. Um grupo de 12 mulheres extrativistas desta comunidade foi capacitado para fazer uma experiência com cultivo de espécies de algas. Para isto foi implantada uma estrutura na comunidade, como experimento para incentivar os demais grupos a trabalharem nesta atividade de forma sustentável, para que estes recursos não se esgotem e possam representar melhores rendimentos financeiros.

O projeto Mulheres do Mar está sendo negociado, a fim de garantir a realização e ampliação de suas ações na zona costeira de Itapipoca e concluir o estudo no município de Amontada.

b. Jovens e Adolescentes Rompendo Mitos e Tabus na Prevenção das DST/AIDS, Câncer do Colo Uterino e de Próstata na Família Rural

Este projeto vem sendo desenvolvido junto a adolescentes, jovens e suas famílias em seis comunidades do assentamento Maceió, litoral do município de Itapipoca. Trata-se de um projeto que resulta de convênio com o Ministério da Saúde com apoio da UNESCO, dentro do programa de combate à AIDS e as doenças sexualmente transmissíveis.

No período foram realizadas as seguintes atividades:

- Oficinas de sensibilização em 6 comunidades, com a participação de 202 pessoas, sendo 127 mulheres e 75 homens, entre adultos, jovens e adolescentes. A média de participação dessas oficinas foi de cerca de 34 pessoas;
- Oficinas de capacitação sobre prevenção às DST/AIDS, câncer uterino e de próstata, igualmente nas 6 comunidades, com a participação de 318 pessoas, sendo 203 mulheres e 115 homens, tendo uma média de participantes de comunidade de 53 pessoas, adultas e jovens;
- Exibição de vídeo seguido de debate sobre gênero, AIDS e doenças sexualmente transmissíveis nas escolas de ensino fundamental e médio, envolvendo estudantes e professores/as visando particularmente garantir a inserção dessas temáticas nas escolas locais;
- Pesquisa de opinião junto aos participantes sobre a transmissão do programa de rádio "Nas ondas da prevenção", a ser veiculado na rádio comunitária do assentamento Maceió a partir de 2004;
- Reuniões com Agentes de Saúde, que atuam junto as famílias do assentamento através do Programa de Saúde da Família/PSF para sensibilizar e garantir sua participação nas oficinas e na mobilização das famílias.



Grupo de Jovens envolvido no Projeto

⁷ Universidade Federal do Ceará - Departamento de Engenharia de Pesca e Laboratório de Ciências do Mar/LABOMAR

Constatamos que o projeto teve impacto na vida das pessoas das comunidades, através dos depoimentos no processo de avaliação das atividades:

"As pessoas da minha comunidade estão procurando mais o Posto de Saúde, porque descobriram que estavam doentes e precisavam se tratar. O uso da camisinha aumentou e a gente agora sabe usar direito...."

"Os adultos não têm mais tanto medo de falar neste assunto ..." "...o trabalho com os pais deve ser reforçado, ainda existe muita vergonha" "Do jeito que a gente aprendeu dá até para ensinar as nossas vizinhas".

Este projeto conseguiu provocar um processo de mudança na vida daqueles que participaram de suas atividades. Observa-se que a metodologia adotada contribuiu para que os conhecimentos sobre gênero, sexualidade, DST/AIDS, câncer uterino e de próstata, fossem ampliados e apropriados pelos participantes. As pessoas adultas envolveram-se nas ações do projeto e compreenderam sua relevância, com significativa adesão masculina. Este aspecto é bastante relevante, pois se trata de pessoas formadoras de opinião nas comunidades que poderão sensibilizar pessoas mais resistentes para que participem das ações futuras.

c. Outras atividades

Assessoria à organização de mulheres trabalhadoras rurais

Fruto de iniciativa do CETRA em meados dos anos oitenta, este trabalho junto às trabalhadoras rurais é pioneiro no Ceará. Teve papel de mola propulsora da organização sócio-política de mulheres rurais na região de Itapipoca.

Atualmente técnicos do eixo Gênero e Cidadania fazem acompanhamento à coordenação do movimento de mulheres trabalhadoras rurais da região de Itapipoca, no sentido de contribuir para sua ampliação, através da rearticulação dos grupos nos municípios e do fortalecimento de sua organização. Neste sentido, têm sido realizadas discussões em reuniões periódicas, incentivando a participação das lideranças em eventos de nível mais macro (estadual, regional, nacional) e uma maior articulação com o poder local com relação às demandas de políticas públicas.

Para encorajar as mulheres e estimular uma maior participação em momentos importantes que envolvem esta categoria, estivemos participando de todo o processo de organização e preparação da *Marcha das Margaridas*, evento de iniciativa do movimento sindical rural nacional, através da Confederação Nacional de Trabalhadores/as na Agricultura (CONTAG), com manifestações em cada Estado organizadas pelas Federações da categoria. O CETRA apoiou a preparação do evento, participando de reuniões, encontros regionais e estadual e da articulação e mobilização de mulheres rurais do Movimento da região de Itapipoca. Seis mulheres de comunidades onde atuamos participaram da Marcha até Brasília em agosto deste ano.

A articulação para a construção da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC) iniciada nos anos noventa culminou com a realização do primeiro Encontro Latino-americano e do Caribe de Mulheres Rurais, evento que fortaleceu a idéia de construção da rede em nível Continental. Em 2003, participamos de dois eventos na cidade do Recife, justamente para encaminhar todos os processos de discussão e fundação da rede que passou a contar a partir de então, com a Secretaria Executiva, com sede no Brasil, na cidade do Recife.



Encontro do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) na sede do CETRA/Fortaleza - Dezembro de 2003

3.3.3. Perspectivas e estratégias

Implementar integralmente as ações do projeto Mulheres do Mar na zona costeira do município de Itapipoca e concluir o diagnóstico da situação das mulheres extrativistas do litoral do município de Amontada para posterior ampliação do projeto, representam desafios e perspectivas a serem perseguidas em 2004. Expandir as ações relativas à prevenção das DST/AIDS para outras comunidades da região, onde se constata a ausência de informações e conhecimento e onde os tabus existentes quanto a questão da sexualidade são patentes, destacam-se como perspectivas estratégicas.

A projeção de ações de mobilização e fortalecimento das organizações de mulheres nos níveis local, estadual e regional reveste-se de grande importância tendo em vista a continuidade do trabalho de articulação política das mulheres rurais. Buscar opções de geração de renda para as mulheres, pautadas na sustentabilidade econômica e ambiental, revela-se passo importante no resgate da auto-estima para o exercício da cidadania. Nesta perspectiva, torna-se indispensável realizar planejamento participativo envolvendo os grupos organizados.

3.4. Ação e Educação Ambiental

3.4.1. Desafios relativos ao eixo

A pessoa humana é dotada de uma identidade cultural e de saberes construídos em seu contexto social, de uma identidade em relação à natureza e ao lugar onde vive, que influenciam seu modo de vida e suas diferentes relações.

Este eixo tem como principal desafio promover a educação ambiental através de ações que respeitem os saberes e valores locais. Trata-se de modalidades especiais de educação, que visam encetar processos de formação de novas consciências, de uma nova cultura sobre as relações das pessoas com a natureza, com os costumes transmitidos de geração a geração, de construção de uma visão de mundo baseada no respeito às dinâmicas da natureza, ao meio ambiente, atenta para as formas de uso e ocupação dos espaços e dos recursos ambientais.

Os processos de educação ambiental em questão compreendem ações efetivas que contribuam para a criação de um modelo de desenvolvimento ambiental durável e sustentável para o mundo rural. O uso e ocupação do espaço e a utilização dos recursos naturais devem estar associados aos procedimentos de conservação ambiental orientados por princípios éticos, constitutivos da base para a justiça social e o fortalecimento da identidade das famílias rurais.

O desafio deste eixo temático é promover amplamente campanhas de educação ambiental voltadas não somente para as famílias, grupos e entidades com as quais trabalhamos diretamente, mas para a sociedade de modo geral, visando sensibilizar a população para a atenção e o cuidado com os recursos naturais. No âmbito dos projetos realizados, diversas estratégias, métodos e técnicas de trabalho vêm sendo postas em prática e testadas. Estas estratégias e ações vêm sendo utilizadas para ilustrar e exemplificar formas de cuidado e preservação dos recursos naturais nas campanhas educativas que realizamos.

3.4.2. Projetos e Ações

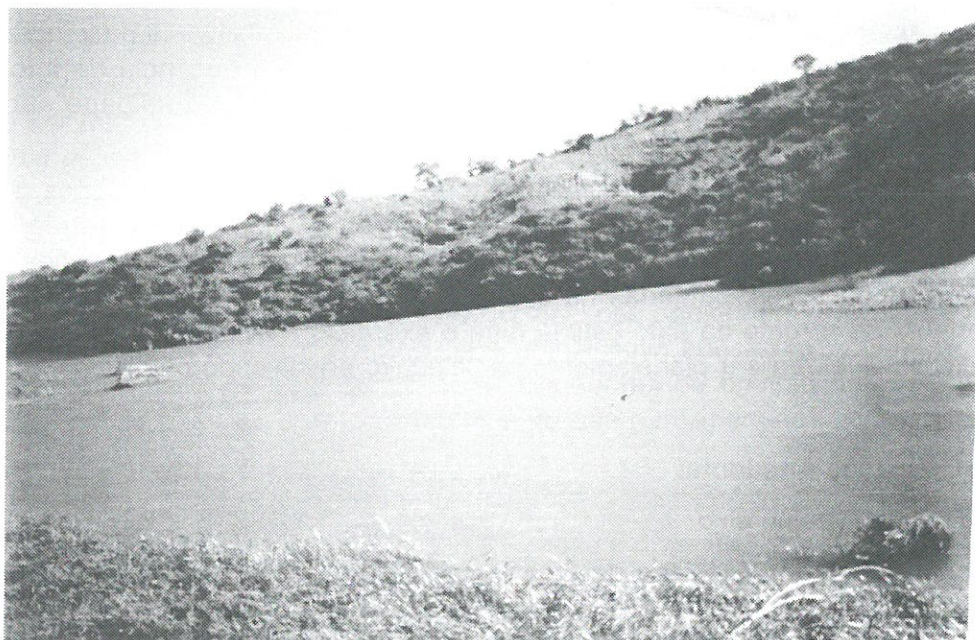
a. SABER CUIDAR para viver melhor

O projeto *Saber Cuidar para viver Melhor* foi concebido a partir da decisão institucional de introduzir em sua programação um eixo temático para tratar especificamente das questões ambientais, em particular, com as famílias das comunidades onde atuamos. Esta decisão baseou-se nas reflexões e debates internos em relação aos impactos ambientais decorrentes da pressão e da ação humana sobre o meio, aos prejuízos incalculáveis à vida e à natureza, comprometendo o solo, a água, a flora e a fauna terrestre e marinha.

Este projeto visa sensibilizar, animar e capacitar as populações rurais na perspectiva do respeito e conservação do equilíbrio ambiental, estimulando processos de planejamento e

gestão ambiental, através da formação de agentes ambientais para realizar ações positivas.

A primeira ação do projeto foi a realização de um Diagnóstico Sócio Ambiental, em 04 assentamentos da RIMI, em vias de sistematização e objeto de futura publicação.



Paisagem da Comunidade Zé do Lago/Itapipoca

Em 2003 realizaram-se reuniões com as famílias de dois assentamentos costeiros (Sabiaguaba e Maceió), dos municípios de Amontada e Itapipoca, respectivamente, para apresentar e discutir a possibilidade de torná-los Reserva Extrativista. O processo de transformação da afetação do uso de terra para a implantação de Reserva Extrativista é regido por legislação específica que estabelece definições e parâmetros a serem estudados. Estas iniciativas devem envolver os organismos ambientais estadual e federal, como SEMACE⁸ e IBAMA⁹, assim como o INCRA¹⁰, responsável pelos projetos de reforma agrária. O processo de mobilização e reflexão deverá prosseguir em 2004.

As ações deste projeto estenderam-se ainda para o território do Sertão Central, através de oficinas sobre Gestão de Água, em assentamentos do município de Quixeramobim.

b. Outras atividades

Diversos encontros com lideranças dos assentamentos Maceió e Sabiaguaba para refletir sobre problemas e conflitos surgidos na área litorânea, em particular aqueles decorrentes da ocupação de espaço de praia por empreendedores turísticos, foram assegurados. Trata-se de buscar formas para solucionar tais problemas junto a organismos públicos.

A transformação da área costeira destes assentamentos em reserva extrativista vem sendo discutida com as lideranças locais, dando-se ênfase para os parâmetros e providências legais necessárias para a efetivação desta proposta. Essas providências demandam reuniões com INCRA, IBAMA e articulações com outras organizações na expectativa de construir formas de apoio e constituir o dossiê com todos os instrumentos jurídicos indispensáveis.

- CETRA se articula através de seus eixos temáticos, com Fóruns e redes e neste caso, com o Fórum Cearense pela Vida no Semi-Árido e o Fórum em Defesa da Zona Costeira, como membro componente participou de várias reuniões e eventos.
- Teve participação, com uma representante, no Workshop "A Sociedade Civil no Desenvolvimento do Turismo Sustentável", realizado em Salvador/Bahia em março de 2003.

⁸ Secretaria Estadual do Meio Ambiente/Ce.

⁹ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

¹⁰ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

3.4.3. Perspectivas e estratégias

Sensibilizar as famílias para que se capacitem somando saberes para preservar os recursos naturais para que os mesmos garantam-lhes melhores condições de vida, constitui estratégia basilar da ação do CETRA. Buscar meios que assegurem a implementação das ações educativas sobre conservação e cuidados com o meio ambiente, garantindo a geração de renda para as famílias através de iniciativas voltadas para a produção com base na ecologia, representa ao mesmo tempo desafio e estratégia orientadora de nossa ação.

Obter recursos e formas para concretizar ações de educação ambiental baseada em metodologia que compreenda ações teórico-práticas, especialmente nas regiões costeiras da RIMI, constitui grande desafio e estratégia deste eixo. Uma das proposições deste eixo é trabalhar com comunidades no sentido de cuidar da natureza, tirando, ao mesmo tempo, proveito do ela pode oferecer, opção possível através da criação de RPPN nas áreas reformadas.

A construção de uma nova cultura ambiental envolvendo a população jovem, com ações educativas dentro das escolas e trabalhos de interação entre as gerações está dentro de todas as estratégias, atividades e projetos da entidade.

3.5. Comunicação Social

3.5.1. Desafios reativos ao eixo

A importância de conceber um conjunto de ações de comunicação que envolvam a equipe da entidade, seu público de atenção, parceiros e financiadores e o público em geral, é hoje reconhecida por todas as organizações sociais de desenvolvimento. Essa valorização da comunicação (interna e externa) tem raízes na cobrança, cada vez maior, por transparência nas ações das ONGs; configura-se também como importante ferramenta para a sustentabilidade das instituições, pois a visibilidade, o reconhecimento do trabalho e dos resultados alcançados pelas entidades constituem fatores fundamentais para o seu desenvolvimento.

O CETRA também partilha essa visão. Neste sentido, e de acordo com o que foi estabelecido pelo Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), a comunicação da entidade vem merecendo atenção especial dentro das suas estratégias de sustentabilidade e visibilidade. Há um ano o Eixo Comunicação Social do CETRA foi reforçado com a contratação de uma profissional de Jornalismo. Diversas ações na área de comunicação foram realizadas. É importante destacar as duas linhas de atuação do Eixo de Comunicação Social:

Atuar na perspectiva da visibilidade institucional;

Apoiar os processos educativos e de divulgação de técnicas relacionadas aos demais eixos temáticos institucionais.

3.5.2. Projetos e ações

a. Multiplicando Informação e Construindo Cidadania

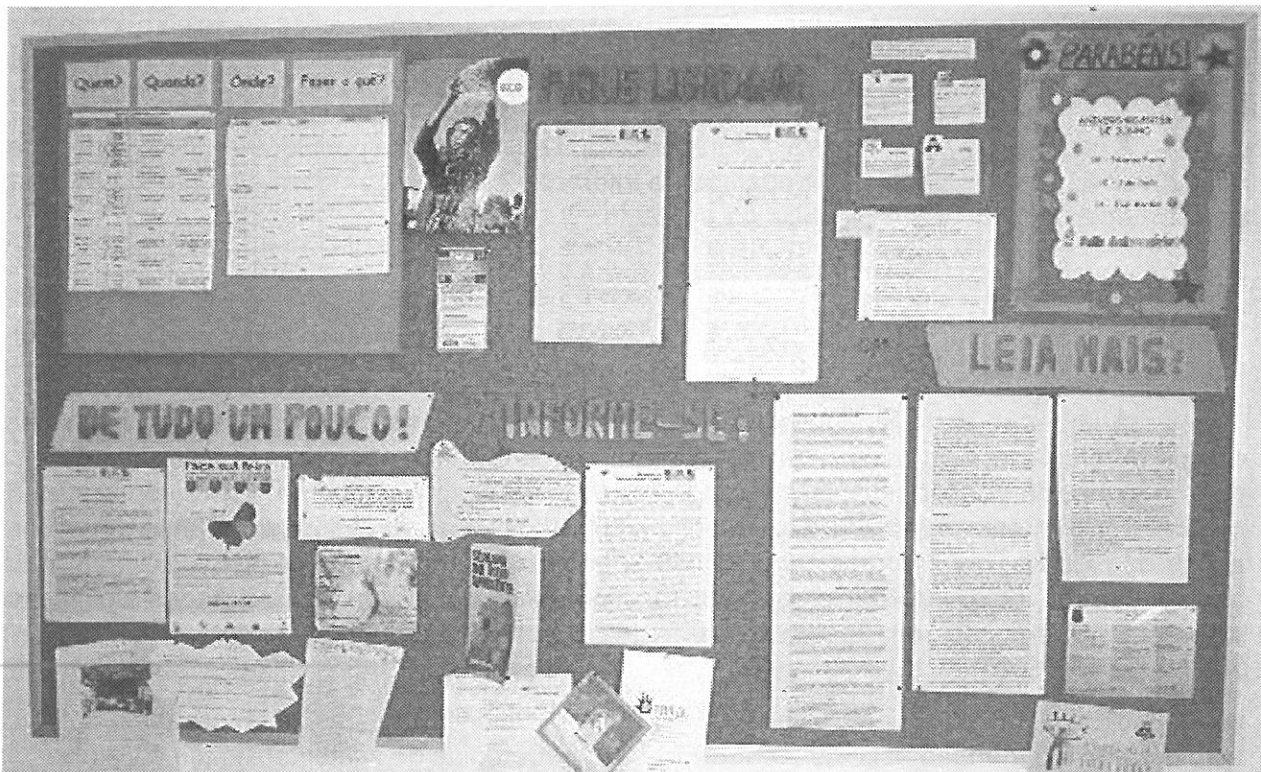
Comunicação Interna

- Mural

O mural é um dos mais antigos meios de comunicação. É rápido, eficiente e de baixo custo. Tem como objetivo transmitir informações diárias da instituição (cronograma de atividades, compromissos da equipe, datas de viagens), notícias relacionadas aos eixos de trabalho da entidade e assuntos gerais de interesse coletivo. Busca constituir-se também em espaço interativo através do qual a equipe, colaboradores e parceiros possam trocar disponibilizar e ter acesso a informes sobre atividades cotidianas e a pequenos textos geradores de debates. O material exposto é atualizado semanalmente.

O mural vem tendo boa receptividade por parte dos técnicos da entidade que lêem regularmente as matérias expostas e vêm contribuindo para enriquecê-lo.

Outras ações complementam a comunicação da entidade, compreendida como um processo que perpassa todos os eixos e envolve todos os técnicos da equipe. Reuniões quinzenais da Coordenação Executiva e o uso do correio eletrônico como canal de interação são exemplos de iniciativas voltadas para o estabelecimento de um fluxo de informações constante entre membros da equipe engajados nos diferentes programas e projetos, colaboradores do CETRA e técnicos do Centro de Documentação.



Comunicação Externa

- Folder

O folder é uma das peças principais do material de apresentação da entidade, estando direcionado para todos os públicos do CETRA: agências de cooperação internacional, agricultores/as, outras organizações. Com linguagem simples e direta, nele constam as principais informações sobre a instituição. Para evitar que o folder se torne obsoleto em pouco tempo o editamos em formato diferente: um bolso abriga diferentes lâminas, cada uma com um tamanho, organizadas de forma crescente, de maneira que o título de cada lâmina alinhado aos demais forma uma espécie de índice. Assim, as lâminas são independentes; caso necessário, pode-se facilmente proceder a alterações nos conteúdos ou no formato de uma delas, não sendo preciso modificar todo o folder.

O folder do CETRA é impresso em papel reciclado e apresenta baixo custo de reprodução. O primeiro lote com mil unidades foi editado em Outubro. Pretende-se ainda fazer consulta para aferir a receptividade do material.

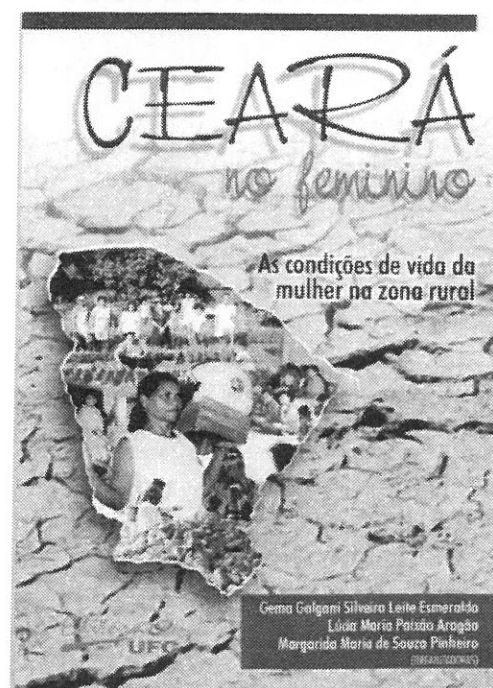
- Página eletrônica

A Internet mesmo sendo um veículo elitista, pois o computador ainda não faz parte da realidade da maioria da população, alcança um público vasto e ultrapassa as fronteiras geográficas. Além disso, a página eletrônica é rápida e tem manutenção e atualização de baixo custo.

A página eletrônica do CETRA disponibilizará todas as informações referentes a entidade (perfil da equipe, missão, Carta de Princípios, Estatuto, Eixos e Projetos), possibilitando contato direto com a entidade, divulgando suas publicações e servindo como fonte de pesquisa, pois conta com uma série de artigos sobre diferentes temas dentre os quais cidadania, segurança alimentar, agroecologia, etc. além de informações sobre ao trabalho que desenvolvemos. Esperamos lançar nossa página eletrônica até o final do primeiro semestre de 2004.

- Publicações

Em 2003, o setor de comunicação do CETRA lançou dois livros. O primeiro, **TERRA FEITA DE GENTE - uma história de emancipação social no Ceará** conta a trajetória do CETRA em mais de duas décadas de lutas, através das falas dos principais protagonistas. Organizado pela jornalista Ana Naddaf, foi lançado em agosto, na sede da entidade e reuniu cerca de 200 pessoas entre representantes de organizações locais, dos assentamentos e associações, da Igreja, advogados/as e principalmente, de assentados/as. O segundo, **CEARÁ NO FEMININO - As condições de vida da mulher na zona rural**, resulta de uma pesquisa realizada em todo o estado, sob a coordenação da Professora Gema Galgani/UFC, de Margarida Pinheiro e Lúcia Aragão. O lançamento aconteceu na sede do Banco do Nordeste, por ocasião do Seminário Internacional sobre Territorialidade promovido pelo NEAD (Ministério do Desenvolvimento Agrário). O lançamento destes dois livros teve grande repercussão na sociedade e na mídia escrita e televisionada de Fortaleza.

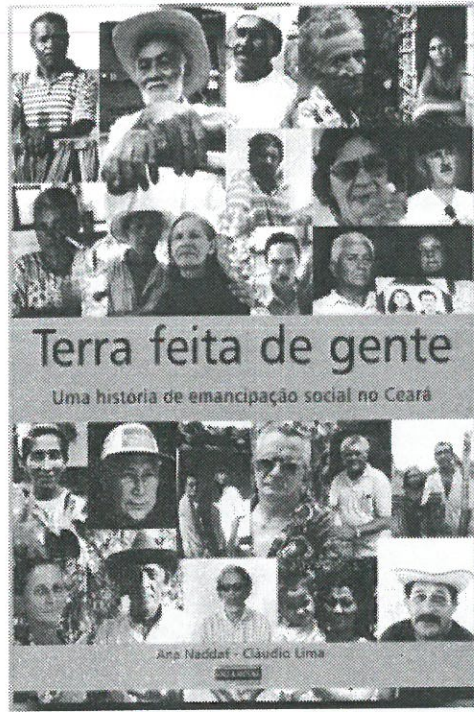


- Assessoria de Imprensa

Em 2003, as relações do CETRA com a imprensa avançaram significativamente. Além dos lançamentos das publicações, ambos cobertos pela mídia local, o trabalho do CETRA foi mencionado em matérias publicadas pelos dois maiores jornais impressos de Fortaleza, em boletins virtuais do terceiro setor (ABONG E ANOTE) e em matérias veiculadas em emissoras de TV.

3.5.3. Perspectivas e estratégias

Outros produtos de comunicação fazem parte do **Projeto Multiplicando Informação e Construindo Cidadania** desenvolvido pelo CETRA. São eles: **Boletim Informativo mensal** para os assentamentos e comunidades rurais; **programa de rádio de curta duração** em rádios comunitárias ou locais na região de



Terra feita de gente
Uma história de emancipação social no Ceará

Itapipoca; **Informativo Semestral** para financiadores e entidades parceiras; **vídeo institucional**; **digitalização do arquivo de fotografias e compilação dos relatórios anuais da entidade em CD Room**. Essas ações são realizadas em estreita colaboração com Centro de Documentação e Informação, responsável pelo acervo bibliográfico de publicações, textos, livros, vídeos, fotos entre outros.

Vencido este primeiro desafio, as perspectivas são grandes. Estamos otimistas, porque a construção de uma perspectiva de Comunicação possibilitou, em menos de um ano, destacar a importância desse setor para a entidade.

Depoimentos
Jornalista lança livro sobre questão rural

Mais de cinco mil quilômetros percorridos pelo jornalista Claudio Lima em busca de depoimentos emocionantes. O resultado está no livro "Terra feita de gente: Uma História de Emancipação Social no Ceará", da autoria da jornalista Ana Nadad e do jornalista Claudio Lima. O projeto é da ONG Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria de Trabalhadores (CETRA), que completa 20 anos. O livro será lançado hoje, às 19 horas, na sede da CETRA (Rua Thales Cavalcante, 2055, Horizonte). O livro conta a história de um trabalho jornalístico feito por Ana Nadad e Claudio Lima, com depoimentos de trabalhadores rurais. A partir daí, surgiu o livro "Terra feita de gente", um verdadeiro retrato das condições de trabalho da CETRA. Não só do Ceará, mas de outras regiões do Brasil. O livro conta a história de um trabalho jornalístico feito por Ana Nadad e Claudio Lima, com depoimentos de trabalhadores rurais. A partir daí, surgiu o livro "Terra feita de gente", um verdadeiro retrato das condições de trabalho da CETRA. Não só do Ceará, mas de outras regiões do Brasil.

DIÁRIO DO NORDESTE

Regional

Fortaleza, Ceará, 14 de dezembro de 2003

MULHER RURAL

Trabalho remunerado é precário

Dados permanecem atuais

26,7% não se sentem livres

Retratos da vida real

O Livro de Ana Nadad: 61 depoimentos

26,7% não se sentem livres

Retratos da vida real

O livro "Terra feita de gente" conta a história de um trabalho jornalístico feito por Ana Nadad e Claudio Lima, com depoimentos de trabalhadores rurais. A partir daí, surgiu o livro "Terra feita de gente", um verdadeiro retrato das condições de trabalho da CETRA. Não só do Ceará, mas de outras regiões do Brasil.

O Livro de Ana Nadad: 61 depoimentos

61 depoimentos de trabalhadores rurais de 26 comunidades. Mais de 15 comunidades.

3.6. Desenvolvimento Institucional

3.6.1. Desafios relativos ao eixo

A atuação das Organizações Não Governamentais (ONGs) depende das ações de desenvolvimento institucional que empreendem para concretizar sua missão e objetivos. Visando realizar os objetivos que justificam sua existência, as ONGs determinam, em geral, estratégias pautadas na definição de áreas temáticas e geográficas de intervenção, de categorias de população a serem beneficiadas, de estrutura operacional e logística, de modalidades de funcionamento interno, de recursos humanos, materiais e financeiros. Esses são fatores essenciais para o desenvolvimento e a sustentabilidade institucional.

No Brasil, as ONGs surgem, sobretudo, nos anos oitenta com o compromisso de contribuir com a construção da democracia com o desenvolvimento social, das relações de solidariedade e de agir na promoção da justiça e dos direitos humanos. Nos anos noventa assiste-se ao crescimento do número de organizações sociais, inclusive de ONGs, com estruturas, modos de funcionamento, objetivos e missões diversificados. Carregadas de esperança, as ONGs atuam em campos definidos, em relação às temáticas, às áreas geográficas e às populações atendidas/acompanhadas. As possibilidades de parcerias com organismos públicos nacionais ampliam-se, mas observa-se, ao mesmo tempo, profundas redefinições da ação de associações de solidariedade internacional – principais financiadoras das ONGs - que resultam em redirecionamento de recursos para países em situação de guerra, conflito interno, pandemia, fome, de grandes catástrofes naturais, etc.

O CETRA foi criado em 1981, resultando da sinergia e do acúmulo de experiência obtidos através de trabalho social e de assessoria jurídica realizada junto a comunidades rurais articuladas com as pastorais sociais da Igreja. **"Promover o desenvolvimento rural sustentável e solidário através de ações nos domínios ambiental, econômico, político social, cultural e de gênero voltadas para pequenos produtores e famílias de baixa renda"** constitui sua missão institucional. Acreditamos que através do desenvolvimento destas ações e do acúmulo de experiência política e técnica mudanças sociais efetivas serão conquistadas. Neste sentido, o CETRA afirma seu compromisso com as famílias e comunidades com quem trabalha e atua na construção de uma sociedade equânime e justa.

Hoje, o maior desafio para realizar a missão institucional e o cumprimento das ações programáticas é desenvolver maior capacidade de articular parcerias relacionadas aos eixos temáticos e às diversas atividades, assegurar complementaridade e continuidade das mesmas, observando eventuais modificações que se revelem necessárias. É impossível realizar as ações que contemplem as diversas dimensões do desenvolvimento de forma isolada. Parcerias com a sociedade civil, com o poder público permitem um melhor desempenho. Nesta construção é necessário estar vigilante para não perder de vista a concepção ideológica de vida e de desenvolvimento de nossa identidade. É justamente isto que vimos fazendo, construindo, buscando novos caminhos.

3.6.2. Projetos e ações

a. Fortalecimento Institucional – buscando novos caminhos

Durante sua trajetória de mais de duas décadas, o CETRA vem estabelecendo parcerias com diferentes organizações da cooperação internacional não governamental que têm lhe permitido realizar ações junto a agricultores/as familiares nas áreas rurais onde atua.

No projeto **Fortalecimento Institucional – buscando novos caminhos** foram definidos os seguintes objetivos e metas: **Promover o fortalecimento institucional através de ações de capacitação/qualificação da equipe técnica e de lideranças de base; realizar debates sobre desenvolvimento institucional, considerando as ações programadas junto ao público; capacitar a equipe técnica em planejamento e monitoramento e realizar avaliação e sistematização de experiências; publicar e divulgar experiências em formato de cartilha, livro, cartaz, folder e criar página e boletim eletrônico, com informações sobre eventos e ações institucionais.**

Este projeto possibilitou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que representou um marco na atuação do CETRA. Este instrumento de trabalho definiu estratégias e modos de estruturação das atividades da entidade contribuindo sobremaneira para uma coerência e articulação entre os diversos projetos, ações e campos temáticos de intervenção (eixos).

Três categorias de atividades de reforço institucional foram priorizadas em 2003: capacitação da equipe (construindo internamente relações e competências); redefinição de relações com comunidades onde o CETRA atua há mais tempo (repensando relações de parceria com as bases) e sistematização de experiências (dando a conhecer e lançando debates sobre ações e temáticas atuais relacionadas ao trabalho realizado).

Dentre as **atividades de capacitação** realizadas ressalta-se o Seminário **"Construindo coletivamente uma metodologia de intervenção"**, que abordou os fundamentos e considerações sobre a prática, contextualização, relevância e o papel do técnico/a como facilitador/a dos processos de capacitação e se efetivou de forma continuada, em momentos distintos. Este seminário envolveu toda equipe técnica e o Conselho Diretor.

As **oficinas de diálogo** objetivavam debater sobre as necessidades atuais de cada um dos 04 assentamentos onde atuamos há mais tempo para definir com as famílias e lideranças o nosso papel e a responsabilidade de cada ator institucional e de cada família. Com estas dinâmicas vislumbramos estratégias de mudança nas relações entre o CETRA e estas comunidades na perspectiva de que as mesmas assumam o papel de sujeito dos processos de desenvolvimento local e que atuemos como assessores e não como promotores.

A **sistematização de experiências** resultou em duas publicações em formato de livro:

- Terra FEITA DE GENTE, texto que narra a trajetória do trabalho da entidade, desde os anos setenta, através dos principais protagonistas que lutaram pela conquista da terra e daqueles que apoiaram e defenderam este processo e

- Ceará no Feminino – As condições de vida da mulher na zona rural, resultado de uma pesquisa realizada pelo CETRA em Convênio com a Universidade Estadual do Ceará.

Ainda em relação à sistematização de experiências foram asseguradas visitas, entrevistas e reuniões, nos assentamentos Escalvado, região serrana de Itapipoca e Várzea do Mundaú, região costeira de Trairi focalizando projetos específicos realizados. No primeiro, onde foi desenvolvido o projeto **"Capacitação para uma Gestão democrática e participativa numa Perspectiva de Gênero e Meio Ambiente"**, realizado no assentamento Escalvado, o trabalho de sistematização está em andamento, devendo ser concluído no início de 2004. No segundo, Várzea do Mundaú, contemplado com o projeto **"Capacitação para Gestão de Sistemas Agrícolas em Área de Assentamento Rural"**, a sistematização deverá ser concluída no segundo semestre de 2004.

A capacitação da equipe e de lideranças de base tem sido reforçada ainda através da participação em eventos organizados tanto pelo CETRA quanto por outras entidades e instituições locais e nacionais. Em nível institucional as atividades constituíram-se de seminários sobre metodologia de intervenção, oficinas sobre princípios metodológicos da capacitação, concepção do perfil do/a facilitador/a, desenvolvimento institucional, monitoramento, avaliação e sistematização.

b. Articulação e acompanhamento de parcerias

Durante este ano, as articulações institucionais em nível nacional foram fortalecidas, notadamente com: a Articulação do Semi-Árido (ASA), a rede de entidades do Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), as relações com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Sistema de Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL/Paraná), a ASSOCENE (Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste, o Movimento de Organização Comunitária (MOC), o Centro Sabiá de Desenvolvimento Agroecológico, Associação das Cooperativas de Apoio à Economia Popular (ASCOOB), entre outras.

c. Outras atividades

Desenvolvimento de projetos em conjunto com outras organizações do Nordeste, voltados para a agricultura familiar.

Pesquisa sobre o crédito fundiário em áreas de assentamento, em municípios das regiões de Sobral e do Cariri do Ceará, em parceria com a ASSOCENE, com a participação do Centro de estudos e Assessoria ao Trabalhador/CEAT, sediado em Sobral e a Associação Cristã de Base/ACB, com sede na cidade do Crato.

d. Eventos e visitas

- O Fórum Social Mundial - terceira edição, janeiro/fevereiro de 2003, em Porto Alegre;
- Seminário Internacional - Socioeconomia Solidária para o Desenvolvimento Integral, Democrático e Sustentável, realizado pelo CEDAC, Rio de Janeiro, fevereiro de 2003;
- Encontro de parceiros de Broederlijk Delen do Norte e Nordeste, Crato/Ceará, março de 2003;
- Encontro de estruturação da Secretaria Executiva da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC), Recife, maio de 2003;
- Reuniões da ABONG Regional NE-III, para discutir e encaminhar propostas para o PPA – Plano Pluri-Anual do governo Federal, Fortaleza, junho/julho de 2003;
- Oficina de Trabalho – DNOCS – INCRA – Parceria para a Sustentabilidade da Reforma Agrária no Semi-Árido, Fortaleza, outubro de 2003;
- URBIS - Feira Internacional das cidades, da qual o CETRA participou como filiada da ABONG no Seminário sobre cidades e desenvolvimento urbano organizada pela POLIS em parceria com a ABONG, São Paulo, julho de 2003;
- Conferência de Concertação Nacional – Diálogos de Concertação, promoção do Ministério da Ação Social em parceria com o Banco do Nordeste, Fortaleza, julho de 2003;
- Festa Comemorativa dos 40 anos da Federação dos Trabalhadores do Comércio do Estado do Ceará (FETRACE) – Homenagem ao CETRA pelo trabalho desenvolvido no Estado do Ceará, agosto de 2003;
- V Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará, Fortaleza setembro/outubro de 2003;
- Encontro Nacional dos parceiros da ICCO, Brasília, outubro de 2003;
- Encontro da Rede CIDSE e parceiras brasileiras, Brasília, outubro de 2003;
- Fórum Estadual de Segurança Alimentar, Caucaia/Ce, outubro de 2003;
- Encontro da Rede PAD - Processo de Articulação e Diálogo, apoiado por Agências Ecumênicas de Cooperação e participação de Organizações da Sociedade Civil do Nordeste, Recife, novembro de 2003;
- Seminário sobre Assistência Técnica e Extensão Rural – Construindo a Política NACIONAL de Ater, promoção MDA e SRA/INCRA/SAF, Recife, agosto de 2003;
- Marcha das Margaridas, participação de seis (06) mulheres de grupos acompanhados pelo CETRA, Brasília, agosto de 2003;
- IV Encontro Nacional da ASA, em Campina Grande/Pb, novembro de 2003;
- DFID/Rural - dois Encontros em Fortaleza organizados pelo CETRA;
- Oficina de Diálogo sobre Inclusão Social, promovido pelo DFID/SIPP em parceria com a Secretaria de Inclusão e Mobilização Social do Estado do Ceará/SIM, em Tabuba, Caucaia/Ce, setembro de 2003;
- Fórum Internacional – Território Desenvolvimento Rural e Democracia, promovido pelo Instituto Inter-Americano de Cooperação para a Agricultura (IICA) em parceria com os governos Federal e Estadual, realizado em Fortaleza, novembro de 2003.
- Seminário sobre Mercado Ético e Solidário promovido pelo Núcleo de Estudos Agrários (NEAD), vinculado ao Fórum Internacional – Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, durante

o qual foi lançado o livro **CEARÁ NO FEMININO** – as condições de vida da mulher na zona rural, publicado pelo CETRA.

A participação de membros do CETRA nesses eventos tem se revelado importante, possibilitando conhecer melhor experiências de desenvolvimento local relativas aos vários eixos de atuação da entidade realizadas em outros contextos. Deste modo se pode estabelecer paralelos entre problemas e desafios enfrentados tanto nos territórios Nordesteiros como fora deles. Os encontros e visitas dos quais participaram técnicos do CETRA constituem ainda excelentes oportunidades para estabelecer e/ou retomar contatos com pessoas de outros estados (Bahia, Paraná, Pernambuco) e países (Espanha, França, Venezuela, Itália).

Em alguns casos, as experiências de comunidades onde o CETRA atua têm sido apresentadas e postas em debate na perspectiva de enriquecer o trabalho efetuado. Exemplos deste tipo de participação foram as apresentações da experiência com o cooperativismo de crédito rural na região de Itapipoca em encontros de abrangência estadual e nacional. Em abril, a experiência foi apresentada em evento realizado pelo Projeto Dom Hélder Câmara no Ceará. Ao longo do ano, nas reuniões e encontros promovidos pelo Fórum Nacional de Cooperativismo de Crédito e Economia Familiar, em Brasília.

Durante seminário realizado no mesmo espaço e tempo da Feira Internacional de Cidades (URBIS 2003), organizado pela POLIS/ABONG, buscamos chamar a atenção para a problemática rural, destacando fatores que influenciam o fluxo migratório em direção às cidades e suas conseqüências. Ressaltou-se nesta ocasião a responsabilidade dos gestores municipais em relação à situação de emprego, moradia, educação, saúde e infra-estrutura sanitária dos aglomerados populacionais de baixa renda.

Em parceria com o NAVE - organização local que atua na área de gênero e juventude – o CETRA promoveu oficina sobre *Violência contra a Mulher* durante o III Fórum Social Mundial, nas dependências da PUC/RS. Desta atividade participaram cerca de 40 pessoas entre homens e mulheres de diferentes idades e nacionalidades.

O Fórum Internacional Território, Desenvolvimento Rural e Democracia, o Seminário sobre Mercado Ético e Solidário, promovido pelo Núcleo de Estudos Agrários (NEAD), vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Seminário Regional de Concertação Social, promovido pelo Ministério da Ação Social, realizados em Fortaleza, que contaram com a participação de representantes de vários estados do Nordeste, destacaram-se como momentos importantes de participação em debates sobre políticas setoriais envolvendo representantes dos poderes públicos e da sociedade.

O CETRA participou ativamente do processo de reflexões e articulações com vistas à construção da Rede de Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe (Rede LAC). Esta Rede tem um significado importante para os movimentos de mulheres rurais do continente, pois sua criação resulta de uma trajetória histórica, que tem contribuído concretamente para aproximar as mulheres camponesas do continente, dando a conhecer diferenças e problemas comuns, mobilizando-as na luta pela justiça de gênero.

e. Visitas....

Abrindo trilhas, percorrendo caminhos, construindo relações e um novo mundo

- Broederlijk Delen - visita de Greet Schaumans em março de 2003 para refletir sobre o andamento do trabalho e a saída da DB do Brasil. No mesmo período, participamos do Encontro de parceiras de Broederlijk Delen do Norte e Nordeste, na cidade do Crato, região do Cariri.

- ICCO - Bárbara Feres em Outubro de 2003, reuniu-se com a coordenação e visitou o assentamento Maceió, município de Itapipoca onde pode conhecer as ações relativas à prevenção das DST/AIDS realizadas junto a jovens, adolescentes e familiares, além de visitar a sede do CETRA para ter melhor visão do conjunto das ações da entidade. Piet Posthuma em Novembro de 2003, também reuniu-se com a coordenação quanto tomou conhecimento do trabalho do

projeto Caminhos da Sustentabilidade para a Agricultura Familiar, tendo visitado as experiências de implantação do projeto na Comunidade Zé do Lago. Visitou também a COCREDI, reunindo-se com sua diretoria para conhecer o trabalho da cooperativa na região de Itapipoca.

- Manos Unidas - Luiz e Marco Gordillo reuniram-se no CETRA e realizaram visita de campo em Irauçuba, assentamento Saco Verde, nas comunidades Tabocal e Torém, à COCREDI e comunidades apoiadas por esta cooperativa em Itapipoca.

As visitas de representantes das organizações parceiras da cooperação constaram de reuniões com a coordenação do CETRA para discutir sobre o andamento dos projetos, a situação geral da entidade e de visitas de campo para conhecer experiências de diferentes comunidades.

3.6.3. Perspectivas e estratégias

Apesar dos grandes desafios atuais (limitação de recursos, necessidade de maior capacitação dos técnicos em determinadas áreas de conhecimento, produção de material escrito e audiovisual), estamos otimistas. A expectativa é expandir o leque de articulações com entidades que atuem nas zonas rurais a fim de promover a complementaridade das ações institucionais. Neste sentido, devemos ampliar nossas capacidades e divulgar nossas experiências, já que vimos conquistando credibilidade junto aos grupos de base e em nível macro junto a organizações sociais e governamentais em nível nacional.

O **Planejamento, Monitoramento e Avaliação (PMA)** representa uma necessidade primordial para assegurar a continuidade e coerência das ações e condição *sine qua non* para o bom desempenho institucional. Planejar, executar, acompanhar e avaliar os resultados e impactos das ações implementadas constituem saberes e dinâmicas que precisam ser desenvolvidos pelo conjunto dos técnicos de nossa entidade e integrados ao cotidiano do trabalho. Tais saberes são indispensáveis para imprimir pertinência nas ações presentes e projetá-las no futuro, inscrevendo-as em perspectiva estratégica.

Os diálogos nos assentamentos, a capacitação sobre metodologia de avaliação de projeto, as reflexões suscitadas durante a elaboração de relatórios e a sistematização de experiências, constituíram momentos importantes de reflexão interna durante os quais despertou-se para a necessidade de conceber e integrar o PMA na dinâmica dos projetos da entidade de modo geral. Deste processo resultou a preparação de instrumentos de acompanhamento (diário de campo), que serão testados ao longo de 2004. As informações dos diários de campo constituem elementos valiosos para reflexão e a formação continuada dos membros do CETRA nos espaços das reuniões periódicas

Estas dinâmicas possibilitam ainda maior visibilidade às ações e transparência na gestão dos projetos. Este tema foi objeto de reflexões e debates internos com a participação de toda equipe técnica, contando com o auxílio eventual de consultoria e de membros dos Conselhos Diretor e Consultivo. A participação de membros do CETRA em eventos tratando desta temática promovidos por outras organizações tem se revelado de grande importância em relação à formação.

Além destes instrumentos, pretende-se desenvolver uma experiência piloto de acompanhamento de ações por parte de lideranças de assentamentos onde atuamos. Para tanto serão elaborados instrumentos específicos e capacitadas lideranças para que possam realizar o monitoramento da atuação dos diversos agentes externos e internos que trabalham em prol do desenvolvimento da comunidade. Desenhar uma proposta de monitoramento que integre as avaliações das bases e dos agentes externos pode contribuir para um salto qualitativo no trabalho desenvolvido junto a comunidades rurais, para a capacitação dos diversos atores e para o estabelecimento de relações transparentes e horizontais.

Certamente as estratégias mais importantes se voltam para o público no sentido de intensificar a mobilização com vistas ao desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais para que agricultores/as familiares adquiram novos saberes, sejam sensibilizados para a agricultura orgânica, para os cuidados com os recursos naturais, para a igualdade e a justiça de

gênero, de raça, etnia e geração, construindo uma nova mentalidade.

Parcerias e Fontes de Financiamento

As articulações durante o ano de 2003 com pessoas e instituições se ampliaram e permitiram a construção de Convênios e Parcerias em nível nacional e internacional, proporcionando a sustentabilidade das ações programáticas do CETRA no período e seu fortalecimento enquanto organização da sociedade civil, comprometida com as transformações sociais e a construção da justiça e dos direitos de cidadania.

Nacional

- Consórcio PRONAF/ ASSOCENE?
- Ministério da Saúde
- Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) – P1MC
- Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (MESA) - P1MC
- Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF)
- Ministério de Desenvolvimento Agrário/Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) - Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC)

Internacional

- Broederlijk Delen – Bélgica
- Développement et Paix – Canadá
- ICCO – Holanda
- DFID – Inglaterra
- Manos Unidas – Espanha
- Fundação Konrad Adenauer – Alemanha - (P1MC)

4. COLABORADORES

Nossa equipe técnico-executiva é formada por profissionais de diferentes áreas da formação acadêmica, por técnicos de nível médio e de auxiliares que dão vida ao trabalho e à própria dinâmica institucional. Trata-se de uma equipe majoritariamente jovem, comprometida, engajada e desejosa de contribuir para que mudanças sociais ocorram nas comunidades do semi-árido cearense. Contamos com a colaboração permanente do Conselho Diretor e eventualmente de membros do Conselho Consultivo.

Quem somos nós

- Conselho Diretor

Maria Nair Soares – Diretora Presidenta;
Raimundo Nonato de Lima – Diretor de Políticas Institucionais;
Francisco Jerônimo do Nascimento – Diretor Secretário.

- Conselho Consultivo

José Borzachiello da Silva
Flávio Sívio Paiva Cavalcante
Manfredo Araújo de Oliveira
Mônica Dias Martins
Moab Ribeiro da Silva
Valneide Ferreira de Sousa

- Conselho Fiscal

Efetivos

Helena Selma Azevedo
Francisco José Lopes de Sousa
Francisco Rodrigues Soares

Suplentes

Mário Malaquias dos Santos
Ana Angélica
Antônio Pereira Neto

- Coordenação Executiva

Margarida Maria de Souza Pinheiro – Coordenadora Geral
Juliana Coelho Antero – Coordenadora de Planejamento de Finanças
Marcelo Souza Pinheiro – Coordenador de Sócio-Economia Solidária
Edilene Américo da Silva * - Coordenadora de Ação e Educação Ambiental
Cibele Maria de Souza – Coordenadora de Gênero e Cidadania
Febe de Oliveira e Silva * – Coordenadora de Terra, Água e Agroecologia
Felipe Souza Pinheiro – Coordenador de projetos específicos

- Equipe Executiva

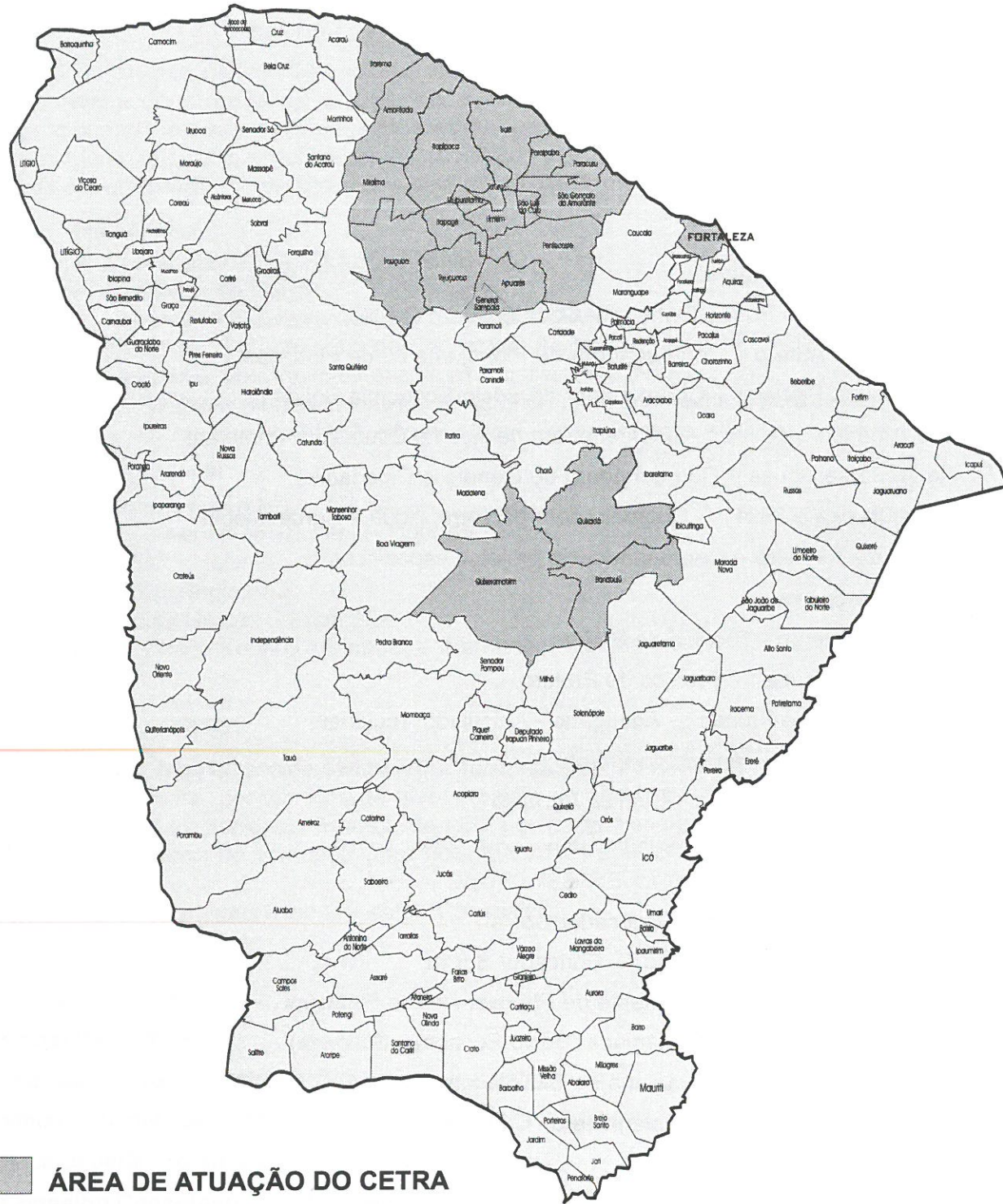
Cristina Nascimento - Técnica de Projeto
Fábio José de Souza * - Técnico de Projeto
Antônio Pinheiro de Freitas * - Advogado - Articulador regional
Milene Felix Saboia - Técnica de Projeto
Raimundo Filho dos Santos - Técnico Agrícola
Carlos Sérgio Veríssimo de Sousa - Técnico Agrícola
Raimundo Nonato Alves Soares - Educador Social
Francisco Rodrigues Soares - Educador Social
Francisco Oliveira da Conceição * - Educador Social
Erika Cunha Matos Bley - Assistente de Planejamento e Finanças
Cristina Rocha Gusmão * - Estagiária (Socio-Economia Solidária)
Maria Selma Rodrigues - Estagiária de Biblioteconomia
Mariana de Aguiar Toniatti - Estagiária de Comunicação

- Auxiliares

Francisca Alerrandra do Nascimento Sousa - Recepcionista
Antônio Nascimento Lemos - Serviços Gerais
Joaquim Luciano de Moura - Motorista

* Desligaram-se da instituição

Estado do Ceará



- São José do Bonfim
- Parnaíba
- Aracati
- Araripe
- Aracá
- Araripe
- Araripe
- Araripe
- Araripe
- Araripe

